

RAFAEL DE SOUZA

**FACTORING – APOIO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**

“Monografia apresentada ao programa do curso de Pós-Graduação do Departamento de Ciências Contábeis do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná – UFPR como requisito para obtenção do título de especialista em Contabilidade e Finanças”.

Professor Orientador: Jaime Bettoni.

CURITIBA

2008

Dedico este projeto acadêmico primeiramente a Deus pela sabedoria que me concedeu, aos familiares que me apoiaram e ao corpo docente pelos conselhos.

A oportunidade é propícia para apresentar meus agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram de forma direta ou indiretamente para a realização deste projeto acadêmico.

"Não existe outra causa para o fracasso humano senão a falta de fé do homem em seu verdadeiro ser."  
(William James)



## RESUMO

**SOUZA,RAFAEL. FACTORING – APOIO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS - 2008**

O mercado de fomento mercantil - *factoring* tem apresentado um relevante crescimento nos últimos anos. Visto que este ramo é uma atividade dinâmica, é necessário compreender que ele é uma fórmula integrada de apoio e assistência específica a esta classe de empresas, executada cada vez mais com base em serviços. No momento econômico atual, várias empresas, especialmente as de pequenas dimensões, têm necessidade de recursos para fazer frente aos custos e encargos numa economia competitiva e, é por este motivo que grande parte delas não consegue chegar ao menos ao quinto ano de vida. É notório o surgimento de empresas de pequeno porte, o que evidencia um grande nicho de mercado para o fomento mercantil, porém, infelizmente a maioria dos administradores das empresas de pequeno porte tem consigo a definição de *factoring* como agiotagem legalizada. Ao contrário disso se pode dizer que o ramo de fomento mercantil é sinteticamente se pode dizer que o *factoring* é a execução contínua de serviços de apoio e acompanhamento da atividade sua empresa-cliente, conjugada com a aquisição de créditos resultantes de suas vendas mercantis ou de prestação de serviços realizadas a prazo.

Palavras-chave: *Factoring*, pequenas empresas, acompanhamento, recursos, produtividade.

## **LISTA DE SIGLAS**

ANFAC - Associação Nacional das Empresas de Fomento Comercial  
BACEN - Banco Central do Brasil  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BSC - Balanced Scorecard  
CCL - Capital Circulante Líquido  
CCP - Capital Circulante Próprio  
CF - Constituição Federal  
CMN - Conselho Monetário Nacional  
COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras  
CVM – Comissão de Valores Mobiliários  
DEPEP - Departamento de Estudos e Pesquisas  
DNRC - Departamento Nacional de Registro do Comércio  
FACTORING – Fomento Mercantil  
FEBRAFAC - Federação Brasileira de Factoring  
FGV - Fundação Getulio Vargas  
GEM – Global Entrepreneurship Monitor  
IBFM - Instituto Brasileiro de Fomento Mercantil  
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras  
MPes - Micro e Pequena Empresas  
PL - Patrimônio Líquido  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
UFPR - Universidade Federal do Paraná

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Giro Anual da Carteira no Brasil .....	05
Tabela 2 – Direcionamento das Operações.....	09
Tabela 3 – Comparativo: Instituição Financeira x <i>Factoring</i> .....	21
Tabela 4 – Composição da Sociedade .....	36
Tabela 5 – Composição dos Produtos e Serviços na Receita Líquida.....	37
Tabela 6 - Concentração da Clientela da Redfactor por Região.....	38

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Receita Bruta X Lucro Líquido.....	39
Gráfico 2 – Despesas Operacionais .....	40
Gráfico 3 – Empréstimos a Curto e a Longo Prazo.....	40
Gráfico 4 – Liquidez Corrente .....	41
Gráfico 5 – Capitais de Terceiros X Patrimônio Líquido .....	42
Gráfico 6 – Margem Líquida.....	43
Gráfico 7 – Capital Circulante Líquido X Capital Circulante Próprio .....	44

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>3</b>
2.1 VISÃO GERAL DA ATIVIDADE DE FOMENTO MERCANTIL – FACTORING .....	3
2.2 CRESCIMENTO DO MERCADO .....	4
2.2.1 Factoring.....	4
2.2.2 Pequenas e Médias Empresas .....	5
2.3 BALIZAMENTO LEGAL E OPERACIONAL .....	6
2.3.1 Anfac.....	7
2.4 PERFIL DO CLIENTE DE FACTORING .....	9
2.5 FORMAS DE OPERAÇÃO .....	10
2.5.1 Relação Entre os Envolvidos na Aquisição de Títulos .....	11
2.5.2 Contrato de Fomento Mercantil .....	12
2.6 VERIFICAÇÃO DE RISCOS .....	12
2.6.1 Riscos do Mercado de Factoring .....	12
2.6.2 Riscos na Concessão de Créditos para MPEs .....	13
2.7 PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE BANCOS E FACTORINGS .....	17
2.7.1 Desconto de Duplicatas .....	18
2.7.2 Comparativo: Instituição Financeira X <i>Factoring</i> .....	20
2.8 CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA DE FACTORING.....	22
2.8.1 Registro na Junta Comercial.....	23
2.8.2 Registro no Bacen .....	23
2.8.3 Registro na Anfac e Febrafac .....	23
2.8.4 Prestação de Informações ao Coaf.....	23
2.9 ASPECTOS TRIBUTÁRIOS.....	24
2.9.1 Observações Gerais .....	24
2.9.2 Impostos Federais .....	24
2.9.3 Contribuições Federais .....	25
2.9.4 Impostos Estaduais.....	25
2.9.5 Impostos Municipais .....	25
2.10 ASPECTOS FINANCEIROS .....	26
2.10.1 Custos e Despesas das Operações de Fomento Mercantil .....	26
2.11 ASPECTOS CONTÁBEIS .....	26

2.12 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA NAS EMPRESAS.....	27
2.12.1 Técnicas de Análises de Balanços .....	28
2.12.1.1 <i>Análises Vertical e Horizontal</i> .....	29
2.12.1.2 <i>Análises Através de Índices</i> .....	30
2.12.1.3 <i>Análises de Capital de Giro</i> .....	31
2.13 METODOLOGIA DO TRABALHO DE PESQUISA.....	32
2.13.1 Delineamento do Estudo.....	32
2.13.2 Técnica de Coleta de Dados.....	34
2.13.3 Análise dos Dados .....	35
<b>3 ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>35</b>
3.1 Redfactor Factoring e Fomento Comercial S/A.....	35
3.2 Observações Gerais.....	38
3.3 Análise Vertical e Horizontal.....	38
3.4 Análise Através de Índices .....	41
3.4.1 Análise Financeira .....	41
3.4.2 Análise Estrutural.....	42
3.4.3 Análise Econômica .....	43
3.5 Análise de Capital de Giro.....	44
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente muitos administradores de pequenas e médias empresas, têm consigo a informação ou definição de que o fomento mercantil – *factoring* é um tipo de agiotagem legalizada.

Ao contrário disso, a sociedade de fomento mercantil é uma empresa comercial que existe para desempenhar um relevante papel socioeconômico em favor de suas empresas-clientes, proporcionando ganhos de liquidez, rentabilidade e produtividade indispensáveis a sua sobrevivência através da prestação de serviços e compra de direitos creditórios.

São crescentes as dificuldades das pequenas empresas ao acesso às fontes de financiamento bancários, seja pela limitação de sua capacidade, seja pelos riscos que oferecem, mas devido a isto, o *factoring* veio como um mecanismo apropriado para romper este círculo vicioso, em que vive o pequeno e médio empresário.

Conforme pesquisas realizadas a maioria das empresas de pequeno e médio porte estão caminhando com elevados índices de inadimplência, ausência de capital de giro, falta de fluxo de caixa para o controle das contas a receber/pagar entre outros, no que implica diretamente a captação de recursos de terceiros com operações e taxas bem caras. Como os custos de captação de recursos financeiros são altos, o lucro que a empresa teoricamente teria, irá praticamente se destinar como pagamento referente a empréstimos e financiamentos.

A organização administrativa das empresas prevê, de maneira geral, uma forma de analisar o crédito dos clientes e também de organizar os fluxos de caixa, respeitando os prazos de pagamentos e recebimentos. Isso é primordial para a saúde financeira de uma empresa e até mesmo para sua sobrevivência.

No mercado competitivo em que as empresas se encontram, é primordial para a sua estabilidade os controles financeiros em sua organização administrativa; neste aspecto cabe ao empresário encontrar alternativas para a redução de custos e alavancagem de vendas, podendo ser elas um planejamento tributário, organização do fluxo de caixa, controle nos prazos de pagamentos e recebimentos, um setor específico de controladoria etc.

As instituições financeiras não têm condições de avaliar e acompanhar as operações das pequenas empresas de maneira muito intensiva, o que acaba elevando o risco operacional na concessão de crédito para estas organizações, além

do fato de que o volume por empresa é pequeno. Em vista deste risco, as instituições financeiras acabam encarecendo a captação de recursos de curto prazo para as pequenas e médias empresas; surge então a atividade de fomento mercantil com a finalidade de expandir os ativos de suas empresas-clientes, eliminando seu endividamento e transformando suas vendas a prazo em vendas a vista, juntamente com a prestação de serviços.

Muitas vezes, bom número das MPEs - Micro e Pequenas Empresas entram em estado de falência sem antes mesmo chegar ao quinto ano de vida. Muito disso deve-se ao fato de que a maioria destes empresários não tem a capacitação específica como empreendedor ou a empresa não possui um fundo específico para suprimientos do fluxo de caixa etc. Por este e outros motivos existe o *factoring*, com o propósito de dar apoio a esta classe empreendedora que está crescendo cada vez mais e pode contribuir grandemente para a economia brasileira.

Este projeto foi elaborado com a finalidade de subsidiar aos administradores de pequenas e médias empresas do Brasil iluminando o entendimento a respeito do mercado de fomento mercantil – *factoring*; e apresentando quais são os benefícios que podem existir através do relacionamento de uma empresa que pratica o *factoring* com a empresa-cliente através de um estudo de caso da empresa Redfactor Factoring e Fomento Comercial S/A.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 VISÃO GERAL DA ATIVIDADE DE FOMENTO MERCANTIL – FACTORING

O que é o Fomento Mercantil - *Factoring* ?

É a execução contínua de serviços de apoio e acompanhamento das atividades especificamente as empresas de pequeno e médio porte, conjugada com a aquisição de créditos de empresas resultantes de suas vendas mercantis ou de prestação de serviços realizadas a prazo (Lei nº 8.981/95, Resolução nº 2.144/95 do Conselho Monetário Nacional e Leis nº 9.249/95 e 9.430/96).

Esta definição, aprovada na Convenção Diplomática de Ottawa, em maio de 1988, da qual participou o Brasil com mais 52 Nações, consta do Art. 28 da Lei 8981/95. No Brasil, traduzimos a expressão *FACTORING*, para fomento mercantil, definitivamente consagrado em vários normativos da administração pública e em leis federais.

*Factoring* é um étimo anglo-latino derivado do substantivo latino “*factor*”, cujo radical origina-se do verbo “*facere*”, que significa agir, fazer, desenvolver e fomentar. As empresas aqui são conhecidas como sociedades de fomento mercantil. São sociedades mercantis, registradas e arquivadas nas Juntas Comerciais.

O *factoring* de acordo com LEITE (2007, p. 4) é:

“É a prestação contínua de serviços de alavancagem mercadológica, de avaliação de fornecedores, clientes e sacados, de acompanhamento de contas a receber e de outros serviços, conjugada com a aquisição de créditos de empresas resultantes de suas vendas mercantis ou de prestação de serviços, realizadas a prazo”.

A primeira sociedade organizada como *Factoring* foi fundada em 1808, em Nova Iorque. No Brasil, o *factoring* surgiu em 11 de fevereiro de 1982, com a fundação da ANFAC (Associação Nacional das Empresas de Fomento Comercial).

Sem os riscos de capitais de terceiros, sem captação, sem o *spread* dos bancos, a formação do preço de compra de uma *factoring* se faz tal como numa empresa comercial.

Com o decorrer do tempo, as pequenas e médias empresas, ao se estruturarem administrativamente, ao capitalizarem seus lucros e expandirem seus mercados, tendem então a um relacionamento direto com os bancos, podendo deixar o estágio do *factoring*.

A partir disto nota-se que a empresa de *factoring* usufrui de condições vantajosas para obtenção de fontes de financiamento para complementar eventuais necessidades de caixa – maiores volumes e menores taxas. A empresa de fomento não é uma intermediadora de recursos e sim tomadora. O intermediário é o banco, pois se utiliza da captação da poupança popular.

## **2.2 CRESCIMENTO DO MERCADO**

### **2.2.1 Factoring**

O mercado de *factoring* tem apresentado um relevante crescimento nos últimos anos. A tabela a seguir apresenta os números desta evolução e, no entender do autor, leva a crer que a importância deste mercado será crescente no que diz respeito ao desenvolvimento da economia brasileira.

Levantamento estatístico realizado pela ANFAC mostra que em 2007, aproximadamente, 133 mil empresas - pequenas e médias – demandaram os serviços das empresas de fomento mercantil. Do ponto vista socioeconômico, o fomento mercantil contribuiu para viabilizar transações comerciais, notadamente, do setor produtivo e para sustentar mais de 2 milhões de empregos diretos e indiretos.

Em 2007, o giro das carteiras das empresas filiadas à ANFAC, originou um estoque de direitos creditórios da ordem de R\$ 60,3 bilhões, valor que representa um acréscimo de 17,65%, sobre o ano anterior quando o estoque atingiu um volume de R\$ 51 bilhões.

**Tabela 1 - GIRO ANUAL DA CARTEIRA NO BRASIL**

ANO	GIRO
2001	24,32
2002	27,40
2003	30,06
2004	34,50
2005	42,50
2006	50,00
2007	60,00

Fonte: ANFAC

O mercado do *factoring* está crescendo tanto como podemos ver na tabela abaixo, onde temos o direcionamento das operações na ANFAC. É notório o fato de que a maioria dos que se utilizam dos serviços de fomento é o ramo da indústria metalúrgica.

Os serviços de *factoring* no Brasil têm possibilitado o desenvolvimento das pequenas e médias empresas através da difusão das práticas de administração financeira como também da concessão de crédito aos diversos empresários. O cenário de crescimento econômico previsto para ocorrer nestes próximos anos será de fundamental importância para o setor, pois sua atividade será fundamental para o desenvolvimento da pequena e média indústria brasileira.

### **2.2.2 Pequenas e Médias Empresas**

As prerrogativas asseguradas na Constituição da República aos pequenos negócios foram regulamentadas no Brasil e implementadas com maior vigor a partir da promulgação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, aprovado pela Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Pequenos e médios empresários surgem a cada momento em nosso país. Conforme o relatório do ano de 2008 do GEM – *Global Entrepreneurship Monitor*, que é o maior estudo independente sobre a atividade empreendedora, o Brasil apresentou uma Taxa de Empreendedores em Estágio Inicial (TEA) de 12,2% no momento da pesquisa, ou seja, em cada 100 pessoas, cerca de 13 desenvolviam alguma atividade empreendedora. Boa parte de nossa economia se alicerça nessa

força de trabalho e de produção representada por um vasto universo, que se cifra em mais de três milhões de pequenas e médias empresas no Brasil.

## 2.3 BALIZAMENTO LEGAL E OPERACIONAL

### I - Legal:

- Instrução Normativa nº 16, de 10.12.1986 do DNRC - Departamento Nacional de Registro do Comércio, dispensa a aprovação prévia do Banco Central para o arquivamento de atos constitutivos de empresas de fomento mercantil;
- Circular - 1.359 de 30.09.1988, do BACEN - Banco Central do Brasil, que revogou a Circular BC nº 703, de 16.06.1982, e reconhece ser o fomento mercantil - *factoring* atividade comercial mista atípica que consiste na prestação de serviços conjugada com a aquisição de direitos creditórios ou créditos mercantis;
- Resolução - 2.144 de 22.02.1995, do CMN - Conselho Monetário Nacional, reconhece definitivamente a tipicidade jurídica própria e delimita nitidamente a área de atuação da sociedade de fomento mercantil que não pode ser confundida com a das instituições financeiras; autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que têm por objeto a coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros no mercado (Art. 17 da Lei 4594 de 31.12.1964 e Arts. 1º e 16 da Lei 7492/1986);
- Circular - 2715 de 28.08.1996, do BACEN, permite às instituições financeiras a realização de operações de crédito com empresas de fomento mercantil.

### II - Operacional:

- Art. 5º, incisos II e XIII da CF - Constituição Federal
- Art. 170 da Constituição Federal
- COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Lei 9613 de 03.03.1998 - Resolução nº 13, de 30.09.2005 e Resolução nº 16 de 28.03.2007.
- Prestação de Serviços (Art. 594 do Código Civil)
- Compra e venda – ( Arts. 481 ao 489 do Código Civil)
- Cessão de Créditos (Arts. 286 ao 298 do Código Civil)
- Endosso:

- Arts. 910, 911 e 914, do Código Civil
- Arts. 15 e 16 da Lei Uniforme – Conv. de Genebra (Dec. 57663/66)
- Art.13, § 4º e 18, § 2º da Lei 5474/68
- Vícios Redibitórios (Arts. 441 ao 446 do Código Civil)
- Solidariedade Passiva (Arts. 264 e 265 do Código Civil).

### III - Fiscal:

- Ato Declaratório 51/94, da Secretaria da Receita Federal
- Art. 28, § 1º, alínea "c" - 4 da Lei 8981/95, reiterado pelo Art. 15 da Lei 9249/95, Art 58 das Leis 9430/96 e 9532/97. Art. 14, inciso VI, da Lei 9718/98 e Decreto 4494, de 03.12.2002
- Lei 10.637/2002 (PIS) e Lei 10.833/2003 (PIS/COFINS)
- Atos Normativos, específicos, para a atividade, da Secretaria da Receita Federal.



- |   |   |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigos 17, 18 e 44, § 7º da Lei 4595/64 (Lei Bancária).</li> <li>• Artigos 1º e 16 da Lei 7492/86 (Crimes contra a SFN).</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigo 160 do Código Penal.</li> <li>• Lei 1521/51.</li> <li>• Medida Provisória 2172/01.</li> </ul> |
|---|---|

Fonte: ANFAC

### 2.3.1 Anfac

A ANFAC tem a finalidade de congregar as empresas de *factoring* e divulgar os objetivos e as vantagens do *factoring* para o seu mercado alvo: as pequenas e médias empresas. Foram 11 empresas fundadoras da ANFAC.

Atualmente a demanda é representada pelas 70.000 pequenas e médias empresas, que constituem a clientela das sociedades de fomento mercantil filiadas a ANFAC e por outras milhares de empresas de pequeno e médio porte, totalmente desamparadas dentro do sistema econômico brasileiro, que constituem inesgotável mercado para o *factoring*, que pode propiciar meios para essa massa de indivíduos

desenvolver oportunidades e usar sua potencialidades para o crescimento econômico do Brasil.

Ao filiar-se a ANFAC, a sociedade de fomento mercantil, terá à sua disposição o atendimento personalizado por telefone para assuntos com foco operacional, contábil, tributário e jurídico ou através de reuniões pré-agendadas diretamente com os assessores da presidência; banco de dados de uso exclusivo das associadas para consultas, com acesso via internet, utilizando *login* e senha privativos onde você encontra:

a) Manual do Associado contendo orientação e modelos de documentos indispensáveis à execução dos trabalhos do dia a dia da sociedade de fomento mercantil, tais como:

- Contratos de Fomento Mercantil Convencional
- Contrato de Prestação de Serviços Conjugada com a Compra de Ativos Mercantis (matéria-prima, insumos e estoque)
- Termos Aditivos
- Cartas de Notificação
- Fichas Cadastrais
- Quadro Sinótico dos Tributos
- Plano de Contas

b) Circulares Normativas de orientação legal, técnica, jurídica, tributária e as consideradas mais importantes, de 1995 em diante;

c) Assessoria ANFAC: análise, orientação e respostas a dúvidas ou consultas formuladas eletronicamente, via e-mail, e disponibilizadas a todas as associadas quando o assunto for considerado de interesse geral;

d) beneficiar-se de acordos de cooperação técnica firmados entre a ANFAC e diversos parceiros, para prestação de vários serviços, a preços subsidiados, como:

- Contencioso Judicial de Factoring
- Informações Cadastrais, Avaliação de Crédito e Afins
- Saúde Ocupacional (Serviços Obrigatórios)
- Treinamento

## 2.4 PERFIL DO CLIENTE DE FACTORING

No momento econômico atual, todas as empresas, especialmente as de pequenas dimensões, têm necessidade de recursos para fazer frente aos custos e encargos numa economia competitiva.

A tabela a seguir apresenta a evolução do direcionamento das operações de *factoring* no Brasil.

**Tabela 2 - DIRECIONAMENTO DAS OPERAÇÕES**

RAMO	2007	2006	2005	2004	2003
IND. METALÚRGICA	26,00	26,50	26,00	25,77	25,00
OUTRAS INDÚSTRIAS	18,00	19,00	19,50	22,38	31,00
TÊXTIL E CONFECÇÃO	8,50	9,00	10,50	10,13	8,00
IND. QUÍMICA	6,00	3,25	5,00	4,90	4,00
IND. GRÁFICA	4,00	3,75	3,50	3,94	3,50
TRANSPORTE	1,50	1,25	1,50	1,74	1,00
SUCRO-ALCOOLEIRO	4,50	4,25	3,50	2,00	1,50
PREST. DE SERVIÇOS	14,00	13,75	13,50	13,20	11,00
EMPRESAS COMERCIAIS	17,50	17,25	17,00	15,92	15,00

Fonte: Anfac

Conforme apresentado, o *factoring* tem como clientela tradicional a pequena e média empresa representada de forma significativa por indústrias. No Brasil existem hoje milhares de indústrias, de porte médio e pequeno, que contribuem substancialmente para engrossar o produto interno bruto nacional. É a clientela preferencial do *factoring* porque se ajusta como uma luva a seus legítimos e verdadeiros objetivos, ou seja: expandir os ativos dessas empresas, aumentando suas vendas, criando todas as condições indispensáveis ao seu efetivo e almejado crescimento e eliminando o seu endividamento, sem criar novas exigibilidades.

## 2.5 FORMAS DE OPERAÇÃO

O ciclo operacional do Fomento Mercantil - *Factoring* inicia-se com a prestação de serviços, os mais variados e abrangentes e se completa com a compra dos créditos (dos direitos) gerados pelas vendas mercantis que são efetuadas por suas empresas-clientes.

Os serviços de apoio às empresas-clientes constituem-se o pressuposto básico da operação de Fomento Mercantil - *Factoring*. Serviços que normalmente presta uma sociedade de fomento mercantil à sua clientela-alvo, a pequena e média empresa, notadamente do setor produtivo. O Agente de Fomento Mercantil tem de ser o parceiro de suas empresas-clientes com elas mantendo estreito, e até diário, contato. É um profissional polivalente que deve estar preparado para dar ampla assistência a suas empresas-clientes, possibilitando-lhes alcançar o equilíbrio financeiro e permitir uma expansão segura dos seus negócios. Pela prestação de serviços cobra-se uma comissão.

A consequência de toda aquela gama de serviços prestados se justifica para facilitar a compra dos créditos mercantis das suas empresas-clientes. Tais direitos são representados por títulos de crédito, ou seja, a sociedade de fomento mercantil fornece os recursos necessários ao giro dos negócios das suas empresas-clientes, através da compra à vista dos créditos, por ela aprovados, resultantes das vendas a prazo realizadas por suas empresas-clientes. É uma alienação de direitos creditórios prevista no Artigo 286 do Código Civil. Como a sociedade de fomento mercantil compra créditos, é necessário calcular o preço pelo qual ela vai adquiri-los. Chama-se FATOR DE COMPRA. A empresa de Fomento Mercantil - *Factoring* não faz empréstimos, portanto, não pode cobrar juros. Fomento Mercantil não é operação de crédito.

A operação de fomento mercantil não exaure com a simples compra dos recebíveis comerciais (títulos a receber). Não obstante existirem outras modalidades operacionais praticadas na Europa, na Ásia e nos Estados Unidos, no Brasil, no momento, pratica-se:



- *Factoring* Convencional – modalidade que consiste na prestação de serviços em caráter contínuo, realizada pela sociedade de fomento mercantil, conjugada com a compra de créditos (direitos) ou ativos representativos de vendas mercantis realizadas a prazo, mediante a venda (cessão, alienação) desses direitos, por suas empresas-clientes contratantes.
- Compra de matéria-prima – consiste na negociação promovida pela sociedade de fomento mercantil, junto a fornecedores de matéria-prima, insumos ou estoque, para atender à empresa-cliente nas necessidades de desenvolvimento de seus negócios.
- *Trustee* – operação de prestação de serviços de tesouraria, acompanhamento de contas a receber e a pagar no qual a sociedade de fomento mercantil é mandatária da sua empresa-cliente contratante para gerenciar suas contas a receber e/ou a pagar.

### 2.5.1 Relação Entre os Envolvidos na Aquisição de Títulos

Nos contratos de fomento mercantil surgem três partes:

- Empresa Faturizada (cedente): É aquela na qual realiza as vendas a prazo e que cederá os seus créditos a uma determinada empresa ou instituição, num ato de venda. É simplesmente uma vendedora de bens e/ou serviços em relação ao comprador ou cliente do seu estabelecimento.
- Empresa de *Factoring* ou Instituição Financeira: É a compradora do crédito na qual a empresa faturizada conquistou.
- Sacado, Comprador, Cliente ou Devedor: É aquele que por ter comprado da empresa faturizada, passará a ter a obrigação de pagar a empresa que antecipou o seu recebimento a prazo para a vista.

Quando a faturizada cede seus créditos a uma *factoring* ou instituição bancária, o cedente, nos termos de legislação, responsabiliza-se pela existência da dívida no exato momento da cessão.

A partir daí o comprador deverá efetuar o pagamento a empresa de *factoring* ou banco, que ficará como responsável pela cobrança, inclusive com o direito de agir em nome próprio na cobrança da dívida.

### **2.5.2 Contrato de Fomento Mercantil**

Nas relações de negócios entre a empresa-cliente e o *factoring*, é celebrado um Contrato de Fomento Mercantil, na qual tem por finalidade estipular as condições e as relações de negócios entre as partes. Isto se deve ao fato da necessidade de existir a relação fiduciária, já que o *factoring implica* uma política de lealdade e transparência e é, de certo modo, um fator de moralização dos negócios.

O Contrato de Fomento Mercantil é juridicamente perfeito e pode ser classificado entre os chamados atípicos ou inominados diante da necessidade de encontrar fórmulas apropriadas para efetivação de nossos negócios, atendendo a evolução do mercado, às novas disposições do Código Civil (art. 425), que revogaram toda a primeira parte do antigo Código Comercial de 1850. E a fusão dos elementos característicos de outros negócios baseados nas fontes tradicionais do direito e nas normas que regem os contratos em geral. O Contrato de Fomento Mercantil é, pois, a combinação de variados negócios jurídicos de acordo com a natureza complexa das atividades do fomento mercantil. Segue anexo um modelo padrão de Contrato de Fomento Mercantil.

## **2.6 VERIFICAÇÃO DE RISCOS**

### **2.6.1 Riscos do Mercado de Factoring**

Em uma operação de fomento, a empresa de *factoring* assume todos os riscos referentes aos créditos futuros que forem adquiridos de outras empresas (cedentes). Desta forma, no caso de vendas (as quais são representadas através de duplicatas), assume-se, principalmente, o risco de crédito destas. Em outras palavras, assume-se o risco de um sacado não honrar os compromissos a prazo referentes a uma compra que fez com o cedente (o cliente da *factoring*).

Uma empresa de *factoring* pode ainda estar exposta ao risco de crédito de seus próprios clientes. Uma vez que muitas empresas em dificuldades financeiras acabam procurando as empresas de *factoring* para obter capital de giro e assim atender os seus compromissos de curto prazo, estas podem, em um determinado momento, acabar cometendo atos ilícitos para saldar suas dívidas. Dentro deste aspecto, temos como exemplo destes atos o fato de as empresas realizarem a emissão de títulos “frios”, isto é, sem procedência de uma venda a prazo da empresa, cobrança em duplicidade de uma mesma venda e outros.

Além destes riscos, a empresa de *factoring* está exposta aos riscos do mercado (conjunturais), como flutuação das taxas de juros, surgimento de produtos substitutos e também empresas concorrentes.

Pelo fato de ainda não existir um órgão <sup>x</sup>tenha abrangência sobre todas as empresas de *factoring*, as informações de crédito sobre os diversos sacados se encontram um tanto dispersas. A falta de um órgão de análise de crédito faz com que haja uma dificuldade muito grande sobre a avaliação de crédito dos diversos sacados e, conseqüentemente, uma elevação do grau de risco destes.

Como a empresa de *factoring* está sujeita tanto ao risco do sacado como também do cedente, esta deve utilizar a avaliação de crédito para as duas partes a fim de mensurar o efeito que a má situação financeira da empresa possa estar gerando.

### **2.6.2 Riscos na Concessão de Créditos para MPes**

No caso das pequenas e médias empresas, a “captação” de recursos passa, obrigatoriamente, pela intervenção de um agente que viabilize o encontro entre oferta e procura de crédito. Portanto, para tais empresas, a captação própria no mercado não significa uma alternativa de capital, como para grandes empresas. Fato esse que se traduz pela incapacidade de gerar credibilidade (confiança) junto aos agentes financiadores, sem que exista o “aval” de uma outra instituição.

A insegurança dos credores quanto ao recebimento dos recursos adiantados é decorrência do “risco de crédito” inerente a cada operação. Quanto menos informação disponível sobre uma empresa, maior a sua incerteza e, portanto, mais caro o seu crédito. É o fenômeno da assimetria de informações, fortemente presente no mercado de crédito.

O termo crédito provém do latim *creditum* “confiança ou segurança na verdade de alguma coisa, crença / reputação, boa fama...” (Caldas Aulete), o que indica o fator de confiança entre duas ou mais partes sobre um determinado assunto. Sobre as finanças, crédito é definido por SANTOS (2003, p. 15) como sendo “a modalidade de financiamento destinada a possibilitar a realização de transações comerciais entre empresas e seus clientes.”.

O risco de crédito se caracteriza pela probabilidade de não-recebimento existente em uma operação; tem relação inversa com o grau de conhecimento do negócio e, principalmente, do cliente. Dois são os aspectos negativos a serem aqui, traduzido no componente integrado por risco + incerteza.

No caso específico das pequenas empresas, cuja infra-estrutura administrativa é mais onerosa, a disponibilidade de informações e a capacidade de oferecer garantias são inferiores, dificultando a obtenção de crédito, somada à dificuldade administrativa, as MPEs – Micro e Pequenas Empresas têm maior restrição para acesso ao crédito, tanto pelas garantias, como pelas taxas diferenciadas de juros cobradas para esta classe conforme evidência no anexo informativo do site “InvestNews” - (*Bancos cobram até 4,22% no desconto de duplicatas*) do dia 05.06.08. A exceção é exclusivamente às empresas de grande porte conforme é exposto mais adiante.

A causa pode estar em uma frágil situação econômico-financeira, ou na ausência de informações, refletindo o seu risco/incerteza. A conjuntura econômica brasileira, marcada por alta volatilidade dos ativos, das decisões político-econômicas e pela alta sensibilidade da economia às oscilações internacionais faz com que o controle do risco de crédito seja de extrema relevância para as empresas de qualquer setor.

Este controle é fundamental para que a empresa tenha consciência do risco ao qual ela esteja sujeita e que este seja compatível com suas provisões e capacidade financeira de suportar o impacto de uma inadimplência. Para identificarmos os riscos de uma concessão de crédito, devemos definir, a priori, o significado da palavra risco.

De acordo com SECURATO (2002) a definição de risco é:

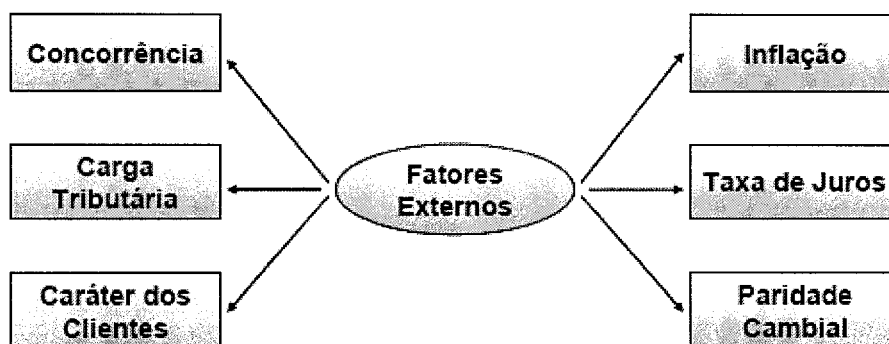
“Uma forma de medir quanto podemos perder em uma operação, em relação a um ganho médio estabelecido”.

Segundo SANTOS (2003), para medir a taxa de perdas em carteiras de créditos é indispensável que os supridores de capital avaliem o risco total do investimento, baseados no conhecimento de fatores de risco (internos e externos, próprios e conjunturais) influenciadores da capacidade de pagamento dos clientes.

Como exemplo, os riscos internos apresentados pelo autor são:

- Profissionais desqualificados
- Controles de riscos inadequados
- Ausência de modelos estatísticos
- Concentração de crédito com clientes de alto risco

Os fatores externos, de natureza macro econômica e, por isso, relacionados diretamente com a liquidez de empresas e pessoas físicas estão apresentados no diagrama abaixo.



O modelo sugerido por SANTOS é onde a taxa de perda de uma carteira de crédito (tPE) é dada em função das condições econômicas e administrativas históricas e atuais, assim como os distúrbios econômicos aleatórios conforme demonstrado a seguir:

$$tPE = f[CE_{(t-k)}, DA_{(t-k)}, DEA_{(t)}]$$

Onde:

- CE(t-k): Condições Econômicas Históricas e Atuais;
- DA(t-k): Decisões Administrativas Históricas e Atuais;
- DEA(t): Distúrbios Econômicos Aleatórios.

Esta equação uma vez mais apresenta a dependência do risco total de uma concessão de crédito em relação aos fatores externos e internos. Os fatores internos são expressos através das variáveis administrativas da empresa objeto, enquanto os fatores externos são representados através das condições econômicas e também dos distúrbios considerados “aleatórios” pelos autores.

Em se tratando de clientes de grande porte, o acesso às informações relativas a sua *performance* é mais fácil; isto porque a sua estrutura interna permite e exige a formalização de dados pertinentes a cada fase do processo, para embasamento da tomada de decisões.

Na direção de maior transparência no mercado de crédito, o Banco Central vem produzindo informações que propiciam melhor orientação às IFs, um ambiente mais adequado para a concessão e precificação de operações para o mercado privado. Nesse sentido, pode-se citar a Central de Risco de Crédito e a Resolução 2.682/99, além das demais normas que tratam do assunto.

Através da Central de Risco de Crédito, administrada pelo BACEN desde 1997, as IFs passaram a ter acesso ao nível de endividamento de seus clientes no sistema financeiro (mediante autorização do próprio cliente), visualizando a perspectiva de liquidez do devedor em relação às obrigações assumidas, podendo estimar, de modo mais preciso, sua capacidade de pagamento, a partir do comprometimento da renda com os demais credores por meio da Central de Risco de Crédito.

## 2.7 PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE BANCOS E FACTORINGS

A atividade de *factoring* não se confunde com a atividade dos bancos e instituições financeiras. Não efetua débitos na conta-corrente dos seus clientes, tampouco exige reciprocidade, seja em depósitos, seja na compra de seguros ou outros produtos.

Distingue-se da atividade típica das instituições bancárias, de captar dinheiro e emprestá-lo, o que elimina a intermediação financeira, reduzindo o custo da produção. Significam a compra de créditos (recebíveis) e a prestação dos mais variados serviços, visando:

- expansão dos ativos dos seus clientes;
- o aumento das vendas;
- o incremento da produtividade da empresa-cliente porque elimina o seu endividamento;
- a redução de custos;
- a transformação do faturamento a prazo em à vista, propiciando recursos para o giro dos negócios.

Em outras palavras, pode ser mais bem explicado este ponto. Não existem soluções nem critérios adotados pelos bancos para atender a pequena e média empresa no Brasil; variam em função do porte do banco, ou seja:

- Bancos emprestam dinheiro, que é antecipado ou adiantado. É o mútuo. O pagamento pelo dinheiro é feito pela cobrança de juros de seus clientes;
- Empresa de fomento faz compra de direitos (créditos) representados por títulos a receber a preço certo. Deve haver uma avaliação mais rigorosa a respeito dos riscos, para que o prejuízo não recaia exclusivamente sobre as empresas de fomento.

Em outras palavras, pode ser mais bem explicado este ponto. Não existem soluções nem critérios adotados pelos bancos para atender a pequena e média empresa no Brasil; variam em função do porte do banco, ou seja:

- os bancos múltiplos brasileiros hoje em dia quase já não são mais bancos. São processadores de dinheiro. Montaram máquinas administrativas fabulosas, para comandar enormes conglomerados, com pouco interesse em disseminar o crédito a varejo, e quando há, fazem-no secundariamente, concentrando a decisão de crédito para a pequena e média empresa no crédito pessoal de seus administradores;
- os bancos médios, sem capacidade instalada, tendem a repassar seus elevados custos administrativos de crédito e cobrança nas taxas de juros;
- os bancos pequenos, que poderiam dar o tratamento especial de que as pequenas e médias empresas necessitam, não dispõem de volume de recursos. Via de regra, esta categoria de bancos está voltada para o interesse de seus mentores, empresários bem sucedidos em outros setores da economia.

O *factoring* tem-se constituído, sem dúvida alguma, em elemento positivo para a ampliação do grau de concorrência no mercado de crédito de curto prazo. O *factoring* para as pequenas e médias empresas é o substituto do desconto bancário, apresentando como vantagens principais dois pontos importantes: a transferência para a empresa de *factoring* de riscos da empresa usuária e a inexistência de reciprocidade e saldos compensatórios, que contribui para a melhoria da liquidez das empresas sem acesso às fontes institucionais de crédito.

Normalmente as empresas de fomento mercantil, desfrutam de algumas linhas de crédito bancários para suprir as emergências de caixa, podendo citar como uma das mais utilizadas os empréstimos a curto prazo e conta garantida. Aí se percebe que banco e *factoring* são complementares e não concorrentes.

### **2.7.1 Desconto de Duplicatas**

Definição: O desconto de duplicatas é uma fonte de financiamento operado pelas instituições financeiras, destinado a antecipar os valores a receber das vendas a prazo, financiadas através da emissão de duplicatas mercantis ou de serviços, emitidas pela empresa vendedora para as empresas clientes.



Beneficiários: Pessoas jurídicas, emitentes de duplicatas mercantis e/ou de serviços.

Valor: Valor da(s) duplicata(s) entregue(s) e capacidade de pagamento do cliente, conforme limite de crédito definido pela instituição financeira.

Prazo: Conforme prazo da duplicata. Quando mais de uma duplicata for entregue, é calculado o prazo médio para desconto.

Encargos:

- Taxa - pré-fixada: cobrada antecipadamente sobre o valor da(s) duplicata(s) entregue(s).
- IOF: Incidente sobre o valor líquido do desconto (valor das duplicatas, menos taxa de desconto).
- Taxa de Abertura de Crédito - TAC: cobrada pela instituição para cada contrato, conforme sua tabela de tarifas.
- Tarifa de cobrança: cobrada pela instituição, por duplicata, conforme sua tabela de tarifas.

Forma de Liberação: O valor líquido do desconto é liberado em conta corrente.

Forma de Pagamento: Embora a propriedade dos títulos negociados seja transferida para a instituição, a empresa é co-responsável pelo pagamento dos mesmos em caso de não liquidação pelo devedor. Neste caso, a instituição financeira leva a débito em conta corrente da empresa o valor de face do título não liquidado. Os valores recebidos amortizam automaticamente o valor do empréstimo.

Garantias: A própria duplicata endossada entregue para desconto. Nota Promissória anexa ao borderô de desconto com aval dos sócios ou de terceiros que possam apresentar algum bem.

Formalização: Nesta operação não existe contrato, a própria duplicata é o instrumento contratual, que, uma vez endossada, é anexada a um borderô e entregue à instituição financeira.

Em casos de inadimplência:

- Relacionamento com *Factoring*: A duplicata é "comprada" pela empresa de *factoring* de sua empresa-cliente. O título não poderá ser cobrado da empresa que a emitiu.
- Relacionamento com Instituições Financeiras: A duplicata é "comprada" pela empresa de *factoring* de sua empresa-cliente. O título será cobrado da empresa emitente do mesmo.

### 2.7.2 Comparativo: Instituição Financeira X *Factoring*

Tendo suas peculiaridades, sem sombra de dúvidas, o desconto bancário é a operação que mais se assemelha à operação de *factoring*, diferenciando-se apenas no caso de inadimplências por parte do sacado. No caso do desconto bancário, o banco terá o direito de promover a execução do valor perante a empresa cedente do título, incidindo juros compensatórios e moratórios, taxas, etc., sendo, porém, necessário, anteriormente, o devido protesto do título, para comprovar a inadimplência do devedor.

Para as pequenas e médias empresas, parece ser mais atrativo estar contratante empresas de fomento mercantil para transformarem as suas contas a receber em caixa, levando em consideração o fato de que o desconto bancário de uma duplicata gera um passivo para a empresa cedente que pode vir a ser reclamado pelos bancos; diferente do fomento mercantil, resultando em um menor grau de endividamento para a MPE no final dos períodos..

Para melhor entendimento, apresenta-se a seguir um comparativo entre a empresa A e a empresa B. Ambas têm o mesmo número de duplicatas a receber com mesmo prazo de desconto e valores.

Dados: Duplicatas a receber na ordem de R\$ 100.000,00, na qual têm de prazo dois meses até o seu vencimento.

Para o desconto bancário está sendo considerando a taxa nominal de 2,92% a.m. conforme é possível visualizar no anexo Operações com Juros Pré-fixados disponibilizados no *site* do BACEN, sendo que esta taxa é uma média geral de diversas instituições financeiras, lembrando também que neste caso ocorre a incidência do IOF, acrescentando também a tarifa por duplicata descontada no valor de R\$ 5,00. Já no da *factoring*, apresenta-se o fator de compra médio padrão disponibilizado pela ANFAC em seu *site* na qual atualmente é de 4,04% a.m. efetivo mais a tarifa por duplicata descontada no valor de R\$ 5,00.

**Tabela 3 - COMPARATIVO: INSTITUIÇÃO FINANCEIRA X FACTORING**

EMPRESA A		EMPRESA B	
Duplicatas a Receber	R\$ 100.000,00	Duplicatas a Receber	R\$ 100.000,00
Prazo da Operação	2	Prazo da Operação	2
Tx Efet. A.m.% de Factoring	4,04%	Tx Nominal. %A.m. - BACEN	2,92%
Valor de Desconto	R\$ 8.080,00	Valor de Desconto	R\$ 5.840,00
		Taxa de IOF: %A.d.	0,0041%
		IOF	R\$ 246,00
Tarifa por Duplicata	R\$ 5,00	Tarifa por Duplicata	R\$ 5,00
Valor Líquido a Receber	R\$ 91.915,00	Valor Líquido a Receber	R\$ 93.909,00
		<b>Cálculo da Taxa Efetiva</b>	
		$i_{ab} = \frac{VN}{VL_{recebido}} - 1$	6,49%
		$i_{am} = (1 + i_{ab})^{1/2} - 1$	3,19%

Fonte: Autor

A partir da tabela apresentada é possível perceber que a diferença percentual nas taxas efetivas entre a *factoring* e a instituição financeira é consideravelmente pequena, sendo ela de 0,85%. A diferença que a empresa faturizada ou cedente da duplicata teve de perda em relação aos bancos foi de R\$ 1.994,00, correspondente a 1,99% do total do título. Analisando do aspecto em que a *factoring* assumi todo o risco em relação ao sacado do título, parece ser até um percentual baixo, pois como foi citado anteriormente, é complicado para a empresa de *factoring* realizar a análise de crédito de todos aqueles que são credores de suas empresa-cliente.

Deve também levar em consideração ao fato de que para a contratação do desconto bancário existem variáveis que são estritamente necessárias como, por exemplo, a empresa que pretende descontar o título deve ser correntista do banco, existem vários processos burocráticos para a liberação do desconto etc, entretanto, através do fomento mercantil, estes processos de liberação são mais facilitados devido ao fato de que a empresa de *factoring* está acompanhando sua empresa-cliente periodicamente através da prestação de serviços, que resulta na hipótese de que ela já conhece qual e como é a carteira de clientes da cedente da duplicata, se os títulos normalmente são pulverizados ou não etc.

Vale ressaltar que não são todas as empresas de *factoring* que cumprem este papel tão necessário neste ramo, pois como o próprio nome diz: *factoring* tem por objetivo fomentar os processos de sua empresa cliente, viabilizando recursos para possíveis falta de caixa e prestando serviços diversos para as MPEs, por este motivo é de extrema importância o cedente dos títulos contratar empresas idôneas neste ramo de atuação, verificando a qualidade dos serviços, avaliando a competência dos consultores, estrutura de apoio (inclusive sistemas informatizados, situação legal etc).

## 2.8 CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA DE FACTORING

Conforme definido no art. 28, § 1º, alínea "c.4", da Lei nº 8.981/95, a empresa de *factoring* poderá ser constituída sob a forma de sociedade anônima ou sociedade de responsabilidade limitada e deverá ser registrada na Junta Comercial, mediante contrato social, tendo como destaque no seu objeto social a conceituação da atividade.

### **2.8.1 Registro na Junta Comercial**

Para registro da empresa na Junta Comercial, serão observadas, no tocante à elaboração e registro do contrato social, as normas comuns aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

Após o registro na Junta Comercial, a empresa será registrada no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas - CNPJ-MF, por meio da Ficha Cadastral da Pessoa Jurídica.

A empresa será registrada, também, na Prefeitura Municipal, observando-se para esse efeito a legislação vigente em cada Município.

### **2.8.2 Registro no Bacen**

A empresa que explora a atividade de *factoring* não sofre nenhum tipo de fiscalização ou de controle por parte do Bacen, é livre o seu funcionamento, desde que esteja devidamente legalizada e que não atue nas áreas restritas às empresas legalmente controladas pelo referido banco.

### **2.8.3 Registro na Anfac e Febrafac**

Além dos registros mencionados acima, a empresa que atua no ramo de *factoring* pode pleitear o registro junto à ANFAC - Associação Nacional das Empresas de Fomento Comercial e a FEBRAFAC - Federação Brasileira de *Factoring*, que são órgãos de defesa e apoio a essa classe, cujo registro também evidencia a idoneidade e seriedade dos serviços prestados pela empresa, no mercado. Para obtenção desse registro devem ser observadas as regras específicas, baixadas pelos órgãos mencionados.

### **2.8.4 Prestação de Informações ao Coaf**

Com o objetivo de prevenir e combater os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme estabelecido na Lei nº 9.613/98, regulamentada pelo Decreto nº 2.799/98, as pessoas jurídicas que exerçam a atividade de fomento comercial (*factoring*) em caráter permanente ou eventual, de forma principal ou acessória, cumulativamente ou não, nas suas várias modalidades,

deverão atender, a qualquer tempo, às requisições de informação formuladas pelo COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras, a respeito de seus clientes, seus proprietários ou controladores, representantes, mandatários, prepostos e operações pactuadas, na forma estabelecida na Resolução Coaf nº 2, de 13.04.99.

Fundamentos Legais: Código Comercial, arts. 191 a 220, Código Civil, arts. 1.065 a 1.078, Resolução Bacen nº 2.144, de 22.02.1995, Circular Bacen nº 1.359, de 30.09.1988.

## **2.9 ASPECTOS TRIBUTÁRIOS**

### **2.9.1 Observações Gerais**

O IOF – Imposto sobre Operações Financeiras, Câmbio e Seguro ou relativos a Títulos ou Valores Mobiliários, tem como sua base de cálculo o valor líquido do título adquirido (valor de face (-) o valor do diferencial), conforme o decreto nº 4.494/02, art. 7º, § 4º, prevê a dedução dos juros cobrados antecipadamente.

### **2.9.2 Impostos Federais**

- IRPJ sobre o Lucro Real – 15%, apuração obrigatória conforme determina a Lei nº 9.430/96 a partir de 01.01.97.

Lembra-se também o fato de existir o Adicional de Imposto de Renda, onde parcela do lucro real, presumido ou arbitrado, que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, sujeita-se à incidência deste adicional à alíquota de 10% (dez por cento) – (Lei nº 9.430, art. 4º, de 27.12.1996, alterando a redação dos §§ 1º e 2º do art. 3º da lei nº 9.249 de 26.12.1995; RIR/99 art. 542).

- IOF - O art. 58 da Lei nº 9.532/97 expressamente menciona que as operações de *factoring* estão sujeitas ao IOF, como se fossem operações de empréstimo e financiamento, sem qualquer referência a títulos e valores mobiliários. Se a legislação quisesse enquadrá-los como operações com títulos e valores mobiliários deveria expressar tal condicionante, já que no Regulamento do

IOF existem alíquotas e bases de cálculos diferentes para as operações de crédito, câmbio, seguros e títulos e valores mobiliários, mas o que prevalece atualmente é isto. O imposto será cobrado à alíquota de 0,0041% ao dia.

### **2.9.3 Contribuições Federais**

- CSLL – base de apuração trimestral ou anual, alíquota 9%, conforme Lei nº 9.430/96
- PIS – Alíquota de 1,65% a partir de 01.12.2002
- COFINS – Alíquota de 7,6% a partir de 01.02.2004.

### **2.9.4 Impostos Estaduais**

- As empresas de *factoring* estão isentas de ICMS, uma vez que não tem como atividade básica a compra e venda de mercadorias.

### **2.9.5 Impostos Municipais**

- ISSQN – As empresas de *factoring* recolhem o ISS sobre a recita de prestação de serviços. A alíquota pode variar de 2% a 5% e o prazo de recolhimento é de acordo com a lei de cada município.

## 2.10 ASPECTOS FINANCEIROS

### 2.10.1 Custos e Despesas das Operações de Fomento Mercantil

A gestão estratégica dos custos produz informações para os usuários internos, podendo assim ter melhores posições para a tomada de decisão.

Na formação de preços de compra de títulos de direitos creditórios por uma empresa de fomento (determinação do fator de compra), são levados sempre em consideração e análise os itens de custeio, a saber:

- Custo-oportunidade dos recursos (capital próprio e eventual financiamento);
- Carga tributária incorrida nas operações;
- Custos operacionais;
- Despesas de financeiras;
- Despesas com vendas;
- Despesas gerais e administrativas;
- Expectativa de lucro e de risco etc.

## 2.11 ASPECTOS CONTÁBEIS

O componente “serviços” é o pressuposto básico indicativo de que se está praticando o *factoring*. Como exemplo pode citar a importância dos serviços no que representa 90% das receitas auferidas pelas empresas de *factoring* na Europa e Ásia.

A estrutura patrimonial das empresas-clientes sofre uma importante modificação que se reflete em sua contabilidade. Há uma permuta entre a rubrica do ativo “contas a receber” e “caixa-disponibilidades”.

No passivo, eliminam-se praticamente os “fornecedores” e “empréstimos bancários”, significando sensível redução de seu endividamento.

Em contrapartida, na contabilidade da sociedade de fomento mercantil aparecerá, no ativo, como patrimônio seu, a conta “títulos a receber”, que são bens móveis, realizáveis, no momento de sua cobrança, em valores monetários que se reintegram ao giro de seus recursos.



As empresas-clientes contabilizam como despesa os serviços de *factoring* e a alienação dos direitos creditórios, já na contabilidade da empresa de fomento, constitui suas receitas operacionais a remuneração recebida pelo serviço e o diferencial na compra dos créditos.

## 2.12 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA NAS EMPRESAS

Em face da inexistência de informações de valor de mercado sobre muitas coisas, sempre que obtivermos informações de mercado elas é que deverão ser usadas em vez de dados contábeis.

A análise é uma aplicação do princípio da “administração por exceção”, pois reduzirá a comparação de índices de uma empresa a alguma espécie de média ou índice representativo.

As informações extraídas de balanços têm uma variedade de aplicações no âmbito de uma empresa, entre as quais podemos dar destaque à avaliação de desempenho, ou seja, os administradores são freqüentemente avaliados e remunerados com base em medidas contábeis de desempenho tais como a margem de lucro e taxa de retorno do capital próprio. Existem ainda empresas que possuem várias divisões e comparam o desempenho dessas divisões usando informações retiradas dos balanços.

Serve ainda, a análise, para o planejamento do futuro da empresa, pois as informações históricas são bastante úteis para a geração de projetos e para a avaliação do realismo de hipóteses feitas nessas projeções.

A análise é também útil aos indivíduos e organizações externos à empresa, incluindo credores a curto e longo prazo e investidores em potencial, pois podemos decidir se devemos dar crédito a um novo cliente ou não, e ainda saber sobre a saúde financeira de uma empresa.

Há várias formas de se avaliar as empresas para verificar se o seu desempenho vem de encontro às técnicas de gestão contemporâneas: *Balanced Scorecard*, análise de balanço, entre outras.

Uma das formas mais valorizada no ambiente acadêmico e utilizada nas empresas é a análise de balanços, que é um dos principais instrumentos utilizados pelos gestores das empresas, visando avaliação do desempenho e eficiência na administração dos recursos, pois permitem extrair informações sobre a posição

passada, presente e futura da empresa. Assim pode-se afirmar que a análise de balanço *“(...) tem por finalidade detectar os pontos fortes e pontos fracos do processo operacional e financeiro da companhia, objetivando propor alternativas de curso futuro a serem tomadas pelos gestores da empresa.”* (PADOVEZE, 2000, p. 132)

A análise de balanços, utilizada como um instrumento de medida de desempenho, objetiva auxiliar os administradores na tomada de decisões, pois permite conhecer os destinos da empresa quanto aos seguintes aspectos: liquidez, capacidade de pagamento, nível de endividamento, estrutura de capitais, entre outros.

Conforme Padoveze (2000, p. 131)

“Análise de balanço constitui-se num processo de meditação sobre os demonstrativos contábeis, objetivando uma avaliação da situação da empresa, em seus aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros. A avaliação sobre a empresa tem por finalidade detectar os pontos fortes e os pontos fracos do processo operacional e financeiro da companhia, objetivando propor alternativas de curso futuro a serem tomadas e seguidas pelos gestores da empresa”.

### **2.12.1 Técnicas de Análises de Balanços**

As informações para análise do desempenho econômico-financeiro das empresas, baseiam-se nos diversos valores constantes nas demonstrações contábeis, partindo-se destas informações, aplicam-se as várias técnicas de análise de balanço visando obter conclusões sobre a situação da empresa.

O raciocínio básico da análise de balanços desenvolve-se por meio de técnicas oriundas de diferentes áreas do saber (contabilidade, matemática e estatística, principalmente). Essas técnicas apresentam uso bastante generalizado e sofrem periodicamente um processo natural de aprimoramento e sofisticação. Métodos empíricos de avaliação de empresas, por sua vez, alcançaram evidências científicas ao longo do tempo comprovando suas validades. (ASSAF NETO, 1998, p. 53)

Segundo Matarazzo (1998), muitos índices que surgiram inicialmente, permanecem em uso atualmente, no entanto, com o passar do tempo pela própria tendência natural da sociedade moderna, estes passaram por um processo de aprimoramento, tornando-se objeto de estudo das universidades que utilizam-se de

avançadas áreas do conhecimento, como: estatística e matemática para melhor desenvolvê-los.

Padovezze (2000 p. 133) destaca que há basicamente as seguintes técnicas para proceder à análise de balanço:

- Análise vertical;
- Análise horizontal;
- Indicadores econômico-financeiros;
- Avaliação final.

Antes da utilização das técnicas acima é necessário que se proceda a uma reclassificação de determinadas contas do Balanço Patrimonial com o objetivo de melhorar a eficiência da análise.

A reestruturação do balanço patrimonial consiste na reclassificação ou reagrupamento de algumas contas, objetivando dar a forma mais adequada para análise permitindo a simplificação do balanço, pois segundo Matarrazo (1998, p. 142) *“(..) um balanço apresentado segundo a Lei das S.A., por exemplo, compreende cerca de 60 contas”,* o que dificulta a visualização do balanço como um todo, e complica o trabalho a ser desenvolvido pelo analista. Outro fator que contribui para a padronização é a comparabilidade, pois *“Como a análise se baseia em comparação, só faz sentido analisar um balanço após o seu enquadramento num modelo que permita comparação com outros balanços.”* (MATARAZZO, 1998, p. 142).

### **2.12.1.1 Análises Vertical e Horizontal**

A técnica da análise, denominada Análise Vertical constitui-se num processo comparativo, que consiste em identificar a participação percentual de cada componente da demonstração financeira em relação ao seu total, ou seja, consiste em estabelecer como 100%, no Balanço Patrimonial o total do Ativo e Passivo, e na Demonstração do Resultado Exercício, a Receita Líquida.

Para Padoveze (2000), a análise vertical como os demais instrumentos de análise, devem ter seus resultados analisados conjuntamente com a análise

horizontal e demais indicadores econômicos financeiros, para assim não tirar conclusões precipitadas da situação da empresa.

A Análise Horizontal permite que se avalie a evolução nominal dos vários itens de cada demonstração contábil em intervalos seqüenciais de tempo, identificando a evolução dos diversos elementos patrimoniais e de resultados ao longo de determinado período, caracterizando uma análise temporal da empresa. Portanto, tem como principal finalidade apontar o crescimento de itens das Demonstrações Financeiras (Balanço, DRE, etc.) em dois ou mais exercícios, por meio de comparação destes com um valor referencial ou base.

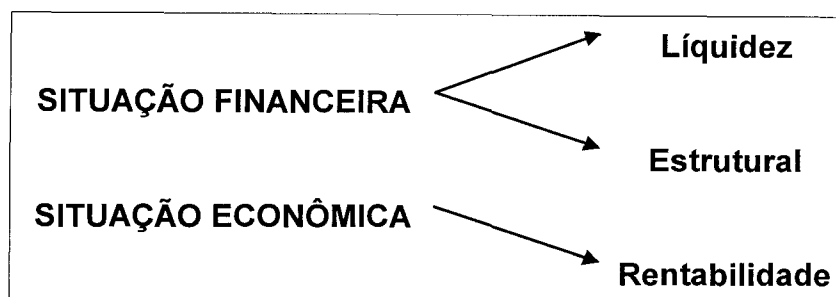
A análise horizontal é o instrumental que calcula a variação percentual ocorrida de um período para o outro, buscando evidenciar se houve crescimento ou decrescimento do item analisado. Através da análise dos dados que mostram se houve aumento ou diminuição do elemento analisado, poderemos confrontar os dados extraídos e efetuar as correlações necessárias. (...) (PADOVEZE, 2000, P. 141)

#### **2.12.1.2 Análises Através de Índices**

Considerada como uma das técnicas de análise mais empregadas pelos analistas, procura relacionar elementos afins das demonstrações financeiras, de forma a melhor extrair conclusões da situação da empresa. Para Matarazzo (1998), este tipo de análise permite obter relações entre contas ou grupos de contas das demonstrações contábeis, com vistas a revelar aspectos importantes da situação econômica ou financeira da entidade. Não visa apenas retratar o que aconteceu no passado, mas sim, fornecer informações para o analista deduzir o que poderá ocorrer no futuro.

Os indicadores econômico-financeiros são elementos que tradicionalmente apresentam o conceito de análise de balanço. São cálculos matemáticos efetuados a partir do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, procurando números que ajudem no processo de classificação e entendimento da situação da empresa, em seus aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade. (PADOVEZE, 2000, p. 146).

Os principais aspectos revelados pelos índices são:



Fonte: Padoveze (2000)

Os aspectos da situação financeira são evidenciados através dos índices de estrutura de capitais e de liquidez, enquanto que os aspectos da situação econômica são obtidos pelos índices de rentabilidade.

A análise dos índices de estrutura de capitais é utilizada para medir a composição (estrutura) das fontes de recursos da empresa, indicando a relação de dependência da empresa de capitais de terceiros, ou seja, se a empresa utiliza-se mais de recursos de terceiros (exigíveis) ou dos recursos dos proprietários (próprio), procurando evidenciar a política de obtenção e aplicação dos recursos.

Os índices de liquidez é uma forma de medida de avaliação da capacidade financeira da empresa para satisfazer seus compromissos frente a terceiros, ou seja, permite avaliar quão sólida é a base da situação financeira de uma empresa.

A análise dos índices de rentabilidade “(...) mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto rendeu os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa.” (MATARRAZZO, 1998, p. 181), sendo importantes indicadores, para avaliar o retorno sobre os recursos próprios investidos na empresa.

### **2.12.1.3 Análises de Capital de Giro**

Capital de giro é o conjunto de valores necessários para a empresa fazer seus negócios acontecerem (girar). Existe a expressão "Capital em Giro", que seriam os bens efetivamente em uso.

Além do capital de giro ter uma participação significativa sobre o total dos ativos das empresas, ele exige esforço para ser gerido pelo administrador financeiro maior do que aquele requerido pelo capital fixo.

O capital de giro precisa ser acompanhado e monitorado permanentemente, pois está sofrendo o impacto das diversas mudanças no panorama econômico enfrentado pela empresa de forma contínua, contrário dos capitais fixos que não exigem atenção constante, uma vez que os fatos capazes de afetá-lo acontecem com uma frequência bem menor.

Boa parte dos esforços do administrador financeiro típico é canalizada para resolução de problemas de capital de giro - formação e financiamento de estoques, gerenciamento de contas a receber e pagar e administração de déficits de caixa.

As dificuldades relativas a este aspecto são devidas, principalmente, à ocorrência dos seguintes fatores:

- Redução de vendas;
- Crescimento da inadimplência;
- Aumento das despesas financeiras;
- Aumento de custos;
- Alguma combinação dos quatro fatores anteriores.

## **2.13 METODOLOGIA DO TRABALHO DE PESQUISA**

### **2.13.1 Delineamento do Estudo**

Y A metodologia do trabalho de estudo será baseada nas orientações de Gilberto Martins e Alexandre Lintz (2000, p.36 – 58). Segundo os autores o estudo de caso trata-se de uma técnica de pesquisa cujo objetivo é o estudo de uma unidade que se analisa profunda e intensamente. E considera-se a unidade social estudada em sua totalidade, seja um indivíduo, uma família, uma instituição, uma empresa, ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-lo em seus próprios termos.

O estudo de caso, de acordo com Martins e Lintz (2000, p. 36):

“É uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real (pesquisa naturalística). O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de coleta de dados: entrevistas, questionário, observação participante, entrevista em profundidade, levantamento de dados secundários etc., com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever a complexidade de um caso concreto. Mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objetivo delimitado – problema da pesquisa –, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida plenamente pela análise e pela avaliação quantitativa”.

O estudo de caso tem como principais aplicações, a importância de explicar ligações causais em intervenções ou situações da vida real que são complexas demais para tratamento através de estratégias experimentais ou de levantamento de dados, além de descrever um contexto de vida real no qual uma intervenção ocorreu. Pode-se ainda avaliar uma intervenção em curso e modificá-la com base em um estudo de caso ilustrativo, e ainda explorar aquelas situações na qual a intervenção não tem clareza no conjunto de resultados.

Segundo os autores, é importante atentar para os principais componentes do “design da pesquisa”, como:

- Trata-se de um estudo do tipo como? e/ou por quê?;
- As proposições orientadoras do estudo, enunciadas a partir de questões secundárias;
- Unidade de análises: indivíduo? organização? setor? ...
- Estabelecer a lógica que ligará os dados às proposições do estudo;
- Critérios para interpretar os achados – referencial teórico e categorias.

E ainda não se deve confundir “generalização analítica” – própria do Estudo de Caso – com “generalização estatística”. O que se generaliza, no Estudo de Caso, são os aspectos do ‘modelo teórico encontrado’. O caso não é um elemento amostral.

Dessa maneira, há uma razão lógica de se elaborar um estudo de caso com uma delimitação, para que a seleção dos aspectos mais relevantes leve a uma compreensão mais completa sobre a situação estudada.

Nesta fase, serão escolhidas as técnicas de estudo mais adequadas para a coleta de dados.

### **2.13.2 Técnica de Coleta de Dados**

Após a definição clara da delimitação do objeto de estudo abordado neste trabalho, serão escolhidas as técnicas de coleta de dados.

Segundo os autores Martins e Lintz (2000) as principais fontes de evidências são:

- Documentação;
- Registros em arquivos;
- Observação direta;
- Observação participante;
- Entrevistas;
- Uso de artefatos físicos.

Para a elaboração deste trabalho, foram utilizados alguns tipos de fontes de evidência como a entrevista e a observação direta, pois eram as únicas que fontes que se encontravam disponíveis e que mais podiam auxiliar neste estudo.

Para a elaboração do estudo, foi explorado o fato de se obter dados de informações e opiniões mais relevantes por meio da conversação objetiva e através da observação direta. As entrevistas e a observação direta constituem uma das principais fontes de evidência de um Estudo de Caso.

Neste trabalho a coleta de dados e observação direta foi conduzida com os gerentes de empresas, a fim de conseguir depoimentos que descrevessem todas as etapas, desde as discussões iniciais sobre os motivos do investimento do sistema até seu desenvolvimento e implementação.

Neste contexto, o pesquisador será um observador passivo, durante um determinado período para análise do funcionamento do sistema e o sucesso de sua implementação, além do resultado obtido pelo sistema para a empresa em geral.



### 2.13.3 Análise dos Dados

A análise de dados é um dos aspectos mais importantes e difíceis de um Estudo de Caso, pois exigem um raciocínio crítico do investigador/entrevistador para construir descrições, interpretações que possibilitem a extração cuidadosa das conclusões.

Segundo os autores Martins e Lintz (2000), há duas maneiras de se analisar os dados coletados, através de uma proposição teórica (referencial teórico) ou desenvolver uma criativa descrição do caso. Basear-se em proposições teóricas é a forma mais comum para se analisar as evidências de um caso.

Sendo assim, as proposições podem fornecer a orientação teórica que direcionará a análise do estudo. Isso ajuda a focalizar a atenção sobre certos dados e a ignorar outros, além de auxiliar a organizar o estudo como um todo e a definir explicações alternativas a serem examinadas.

Proposições teóricas sobre relações causais – perguntas do tipo “como?” ou “por quê?” – podem ser úteis para direcionar a análise do estudo de caso”. Esta primeira estratégia será utilizada neste trabalho, já que além de ser a mais comum, é a mais recomendada, pois a segunda estratégia, de descrição é menos preferível, servindo de alternativa quando não se tem um referencial teórico.

## 3 ESTUDO DE CASO

### 3.1 Redfactor Factoring e Fomento Comercial S/A

Razão Social: Redfactor Factoring e Fomento Comercial S/A

Nome Fantasia: RedFactor

CNPJ: 67.915.785/0001-01

NIRE: 35300170610

Localização: Avenida Cidade Jardim, nº 400 - 14º andar.

Bairro Jardim Europa – São Paulo – SP

CEP: 01.454-000

Ramo de atuação: Sociedades de Fomento Mercantil - *Factorings*

Data de Constituição: 11 de maio de 1992.

Natureza do Controle Acionário: Nacional Holding.

**Histórico:** A Sociedade foi constituída em 1992, na cidade de São Paulo, inicialmente instalada em uma pequena loja dentro de um shopping center. Em 1999 a Sociedade tornou-se S/A, assumindo a denominação de Redfactor Factoring e Fomento Comercial S/A.

Durante pouco mais de uma década, a REDFACTOR consolidou-se como uma das principais empresas do setor, figurando nos últimos anos entre as primeiras colocações em todas as publicações que listam o ranking setorial. Atualmente a REDFACTOR tem atuação em quase todos os estados, cobrindo grande parte do território nacional.

**Sociedade:** A sociedade da Redfactor é composta da seguinte maneira:

**Tabela 4 - COMPOSIÇÃO DA SOCIEDADE**

<b>NOME DO ADMINISTRADOR</b>	<b>CARGO</b>
MARIANA SABINA POSTEL GIOLO	Presidente do Conselho / Dir. Superint.
RUBEN HALABAN	Conselho de Administração (Efetivo)
ROBERTO MIGUEL POSTEL	Conselho de Administração (Efetivo)
CLAUDIO ANDRE HALABAN	Diretor Presidente

Fonte: Redfactor Factoring e Fomento Comercial SA

#### **Experiência Profissional e Formação Acadêmica dos Sócios:**

**MARIANA SABINO POSTEL GIOLO:** Nascida em 14 de dezembro de 1970. Administradora de Empresas formada pela FGV - Fundação Getulio Vargas de São Paulo e pós-graduada em MBA na *JL Kellogg Graduate School of Management* em 1997. Desenvolveu experiência anterior como diretora de redes de varejo. É sócia fundadora de REDFACTOR Factoring e Fomento Comercial S/A, na qual exerce o cargo de Diretora Superintendente desde 1992 e, atualmente, também o de Presidente do Conselho de Administração.

**RUBEN HALABAN:** Nascido em 25 de setembro de 1930. Engenheiro Industrial, com experiência desenvolvida em diversas empresas multinacionais, inclusive na qualidade de Presidente de uma empresa do setor industrial com grande expressão no mercado brasileiro por quase 3 décadas. Atualmente é Conselheiro do Conselho de Administração, participando de decisões estratégicas da REDFACTOR Factoring e Fomento Comercial S/A, da qual é acionista.

**ROBERTO MIGUEL POSTEL:** Nascido em 19 de abril de 1944. Administrador de Empresas formado pela Universidade de Buenos Aires, sendo especialista em custos e orçamentos. Durante as últimas 3 décadas exerceu diversas funções executivas em companhia industrial de grande expressão no mercado nacional, na qual ocupava o cargo de Diretor Presidente há 6 anos. O Sr. Roberto Postel, na qualidade de Conselheiro do Conselho de Administração da REDFACTOR Factoring e Fomento Comercial S/A, participa das decisões estratégicas, da qual é acionista.

**CLÁUDIO ANDRÉ HALABAN:** Nascido em 30 de abril de 1969. Administrador de Empresas, possuindo experiência anterior no setor de varejo e auditoria. Possui, ainda, sólida experiência em administração estratégica de negócios. É sócio fundador da REDFACTOR Factoring e Fomento Comercial S/A, ocupando desde 1992 o cargo de Diretor Presidente.

**Produtos e Serviços:** Conforme o ramo das empresas de fomento mercantil, a Redfactor realiza as mesmas transações como de comum a todas, sendo, por exemplo, a compra de direitos creditórios, compra de títulos de crédito (duplicatas), análise de crédito entre outros serviços.

Verificando a receita líquida da Redfactor, é possível concluir que os produtos e serviços oferecidos por eles estão na seguinte relação:

**Tabela 5 - COMPOSIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS NA RECEITA LÍQUIDA**

<b>Produtos e/ou Serviços</b>	<b>% Da Receita Líquida</b>
Compra de Dir. Creditórios	15%
Compra de Tit. De Créditos	70%
Análise de Crédito	5%
Cobrança para Terceiros	10%

Fonte: Redfactor Factoring e Fomento Comercial SA

**Clientes:** Conforme já destacado, a REDFACTOR atua com um volume muito representativo de clientes em todo território nacional. Sendo assim, não existem clientes principais, visto que nenhum cliente individualmente representa mais que 2% da receita bruta mensal da REDFACTOR, além do fato de que mensalmente alternam-se os clientes mais relevantes, mas nunca representando mais do que o percentual indicado.

A fim de exemplificar, podemos citar a concentração por região:

**Tabela 6 - CONCENTRAÇÃO DA CLIENTELA DA REDFACTOR POR REGIÃO**

<b>Localização</b>	<b>Concentração de Clientes</b>
SUDESTE	62,0%
SUL	24,0%
CENTRAL	5,7%
NORDESTE	5,5%
NORTE	2,8%

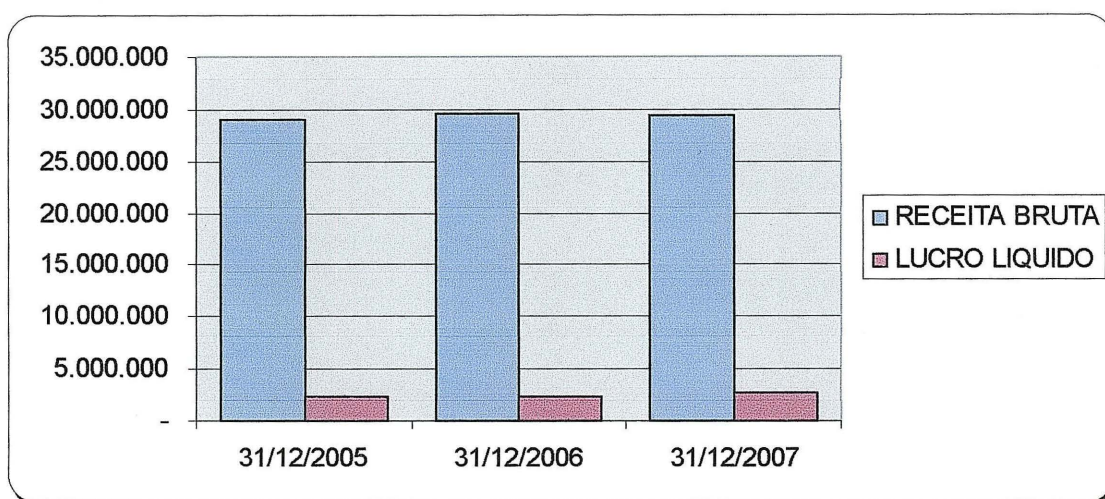
Fonte: Redfactor Factoring e Fomento Comercial SA

### **3.2 Observações Gerais**

As demonstrações financeiras encontradas no projeto foram extraídas do *site* da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, onde se têm disponibilizado todos os dados econômico-financeiros das empresas S/A de capital aberto através de informações periódicas diversas, incluindo também notas explicativas, relatórios da administração, parecer dos auditores independentes etc conforme é possível verificar nos anexos deste projeto.

### **3.3 Análise Vertical e Horizontal**

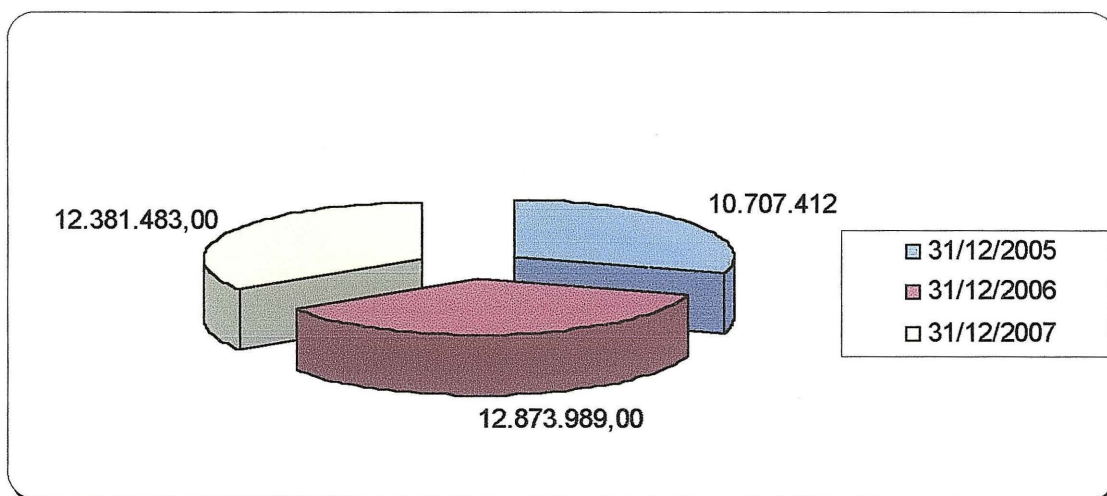
A Redfactor Factoring e Fomento Comercial S/A apresentou durante o período analisado um crescimento de 1,9% em sua receita bruta no ano de 2006, entretanto em 2007 ela obteve uma queda de 2,2%. Em contrapartida, nota-se que o lucro líquido nos anos de 2006 e 2007 alavancaram fortemente em 6,2% e 9,8% respectivamente conforme o gráfico a seguir.

**Gráfico 1 - RECEITA BRUTA X LUCRO LÍQUIDO**

Fonte: Autor

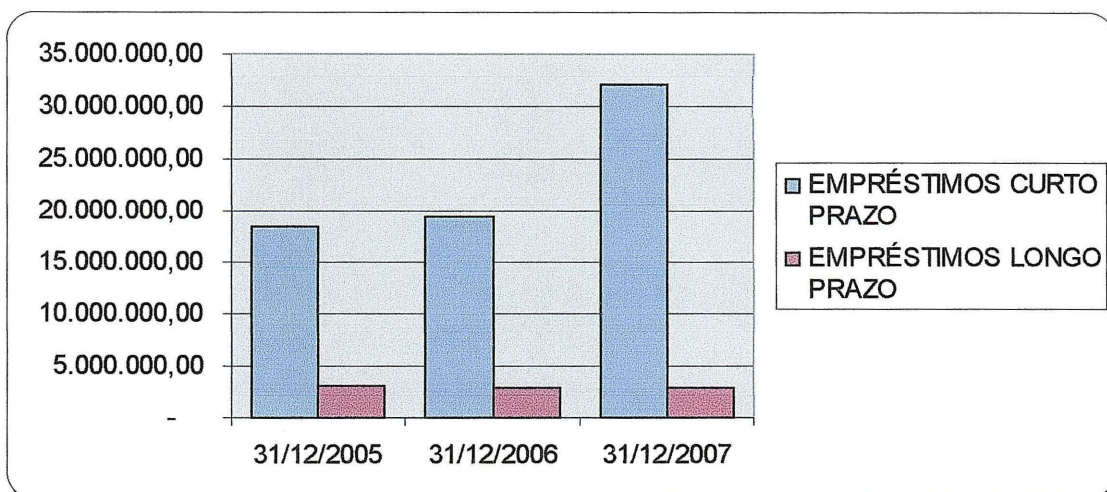
Interessante é perceber que nas *factorings* o custo de bens e serviços vendidos é baixo em relação às empresas do ramo industrial e outros. No período analisado vemos que seu custo cresce somente 0,5% em 2006 e em 2007 decresce 5,6% em relação a 2006, e fazendo uma análise encadeada de 2005 para 2007 é possível perceber que o custo se reduziu em 5,2%, o que é muito benéfico à empresa.

Ao observar o balanço da Redfactor é possível concluir que o ano de 2006 foi para eles um ano de muitas despesas, e como exemplo temos as despesas operacionais não especificadas que cresceram em 41,7% e as administrativas 19%, entretanto no último ano analisado, vemos que estes gastos foram reduzidos chegando a um decréscimo de 34,2% nas não especificadas e 1,72% nas administrativas. Realizando uma análise encadeada de 2005 para o ano de 2007, temos um crescimento destas despesas um percentual de 15,63% conforme o gráfico seguinte.

**Gráfico 2 - DESPESAS OPERACIONAIS**

Fonte: Autor

Suas disponibilidades de caixa parecem estar programadas em 2,2% em média com relação ao total do ativo. O ativo permanente da Redfactor corresponde em média de 0,3% do ativo total, em contrapartida seu patrimônio líquido corresponde em média 43,7% de seu passivo total. Como a tomada de recursos financeiros com instituições financeiras é constante, nota-se que em 2006 seus empréstimos a curto prazo aumentaram em 5,4% e em 2007 eles alavancaram para 64,3%, compreendendo assim um percentual de 30,7% do seu passivo total no último período. Vide o gráfico abaixo referente aos empréstimos a curto e a longo prazo.

**Gráfico 3 - EMPRÉSTIMOS A CURTO E A LONGO PRAZO**

Fonte: Autor



As reservas de lucros estão na faixa de 0,9% do total do passivo em todos os anos e com relação ao capital social subscrito e integralizado está representado por 38.000.000 (trinta e oito milhões) de ações com valor patrimonial de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

### 3.4 Análise Através de Índices

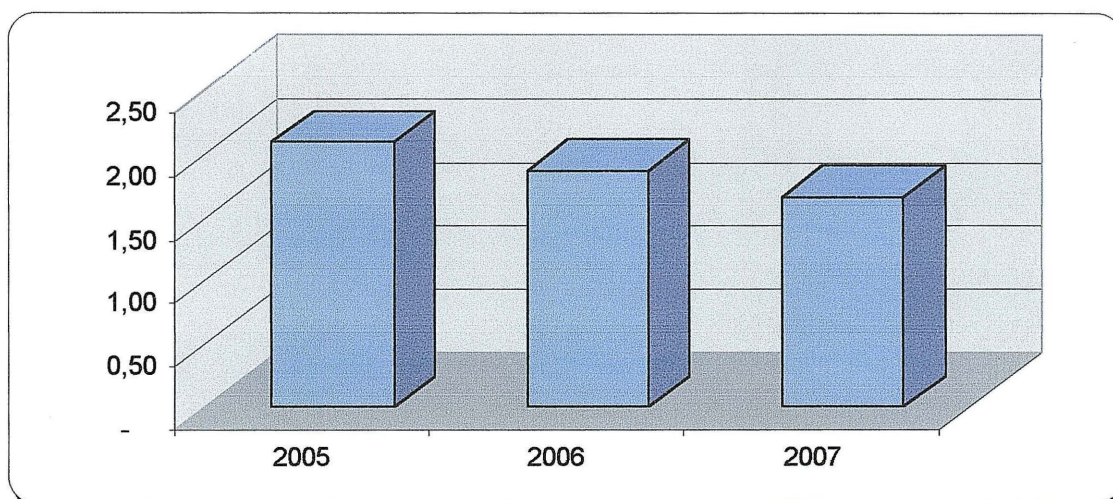
#### 3.4.1 Análise Financeira

**Liquidez Imediata:** Nesta situação vemos que a empresa não possui dinheiro em caixa suficiente para suprir seus passivos a curto prazo. Para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida a curto prazo ela possui R\$ 0,04 em média para suprir estas obrigações.

**Liquidez Corrente:** Observando o gráfico do balanço patrimonial da Redfactor nos anos de 2005, 2006 e 2007 conforme se encontra a seguir, nota-se que a liquidez corrente que é a razão entre o ativo circulante e passivo circulante, apresenta ótimos índices, a saber: 2,09; 1,86 e 1,66 em 2005, 2006 e 2007 respectivamente.

Em todos os anos é fato de que a empresa tem uma boa saúde financeira no que vemos o seu ativo circulante sustentando praticamente 100% do seu passivo, conforme o anexo pode se perceber no anexo do balanço patrimonial reclassificado.

**Gráfico 4 – LÍQUIDEZ CORRENTE**



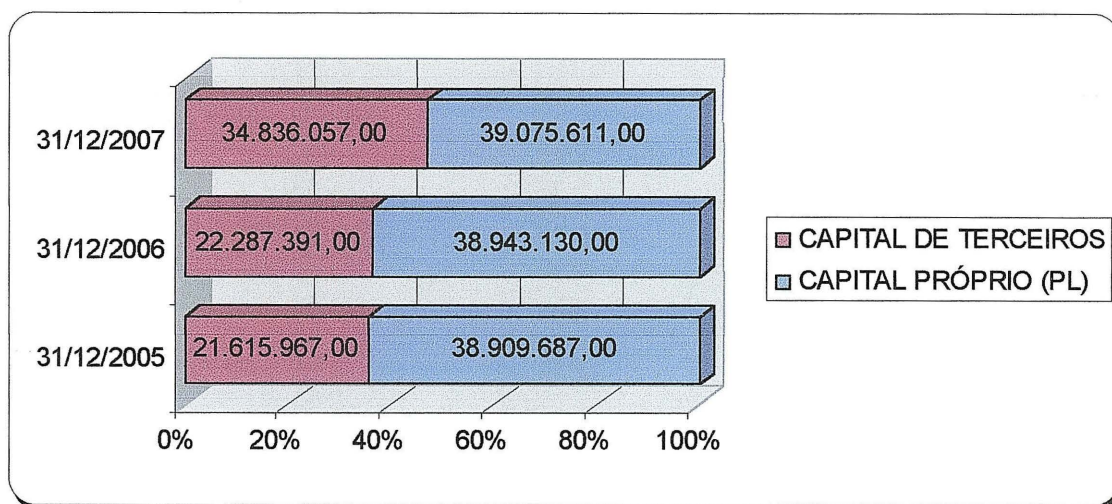
Fonte: Autor

**Liquidez Geral:** Como em geral foi observado, temos ótimos índices de liquidez apresentados pela empresa, e por consequência temos a liquidez geral também muito satisfatória, sendo que em média temos 1,78 nos três anos analisados.

### 3.4.2 Análise Estrutural

**Participação de Capital de 3º - Endividamento:** Em média a Redfactor tomou de capitais de terceiros 67,3% em relação ao seu capital próprio. Quanto menor for esta porcentagem melhor será para a empresa. Se acaso ocorrer falhas ou quem sabe descontrole nos processos internos da empresa, principalmente com relação a inadimplência, com certeza a empresa terá muitos problemas, pois o índice apresentado é extremamente alto. Para melhor visualização da situação atual, vide o gráfico abaixo.

**Gráfico 5 - CAPITAIS DE TERCEIROS X PATRIMÔNIO LÍQUIDO**



Fonte: Autor

**Composição das Exigibilidades:** Aqui temos índices muito elevados, pois eles indicam ao analista qual o percentual de obrigações totais a curto prazo em relação aos recursos tomados de terceiros a curto e a longo prazo. Como por exemplo, em 2005 nota-se que estes recursos a curto e a longo prazo equivalem a 27,4% do passivo total.



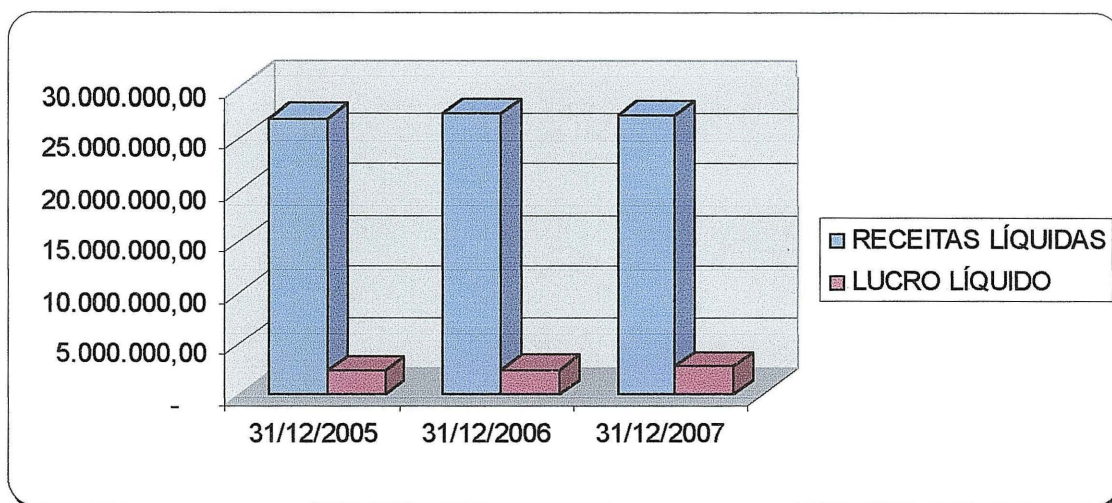
**Imobilização dos Recursos Próprios:** Vemos nestes índices que a empresa mantém a imobilização dos seus recursos próprios em 1% em todo o período analisado. Neste aspecto de análise quanto menor melhor.

**Capitalização:** Estes índices nos apresentam valores consideravelmente baixos, 23% em 2006 e 20% em 2007. Estes se referem ao volume de recursos gerados e que permanecem na empresa financiando suas atividades.

### 3.4.3 Análise Econômica

**Margem Líquida:** Este índice indica a relação direta entre o lucro líquido e a receita líquida de uma empresa. Neste aspecto a Redfactor apresenta-se de maneira estável e crescente conforme o gráfico abaixo. Nos dois primeiros anos obtive a margem líquida de 8% e 9% e no último período 10% de margem líquida. Quanto maior melhor.

**Gráfico 6 - MARGEM LÍQUIDA**



Fonte: Autor

**Rentabilidade do Ativo:** Os índices de 3% nos dois últimos períodos evidenciam que a Redfactor uma constância de 3%..

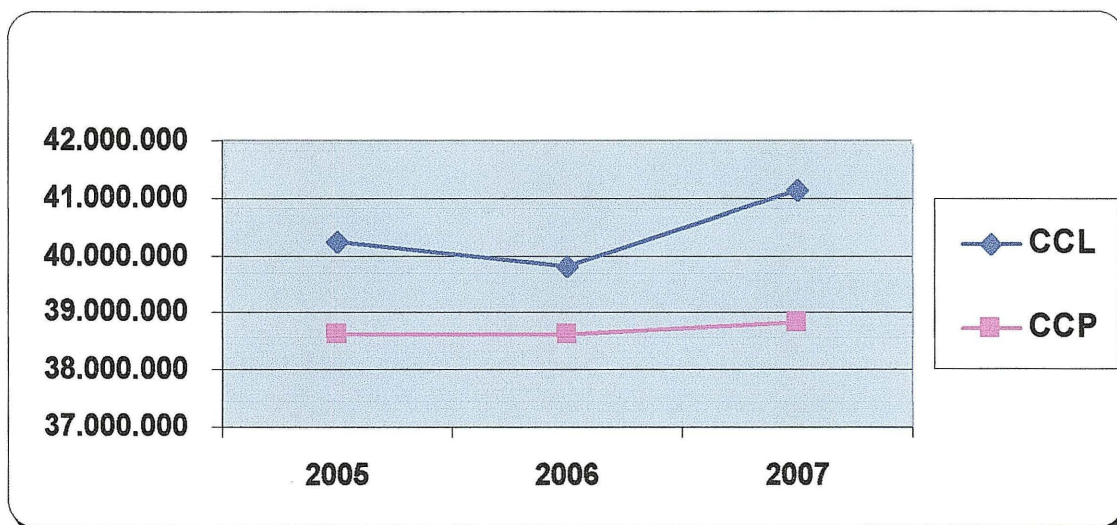
**Rentabilidade do PL:** Os índices de resultado neste aspecto foram de 6% e 7% em 2006 e 2007 respectivamente. Pode-se considerar até um bom índice, porém se haver alguns ajustes em outros fatores internos da empresa com certeza irá melhorar este índice.

Produtividade: Com relação à produtividade temos os seguintes indicadores, 0,33 e 0,28 para 2006 e 2007 respectivamente. Eles representam quanto à empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento total no ativo.

### 3.5 Análise de Capital de Giro

Com relação à análise simplificada do capital de giro temos o CCL – Capital Circulante Líquido que é a diferença entre o ativo e passivo circulante e em contrapartida, o CCP – Capital Circulante Próprio que é a diferença entre o patrimônio líquido e o ativo permanente. Através dos balanços da Redfactor podemos extrair o gráfico abaixo e ver claramente que o CCL é superior ao CCP. O CCL atinge uma vantagem de 4,0%, 3,0% e 5,6% em relação ao CCP em 2005, 2006 e 2007 respectivamente.

**Gráfico 7 - CCL X CCP**



Fonte: Autor

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pequeno e médio empresário que tem conhecimento dos dados e análises a respeito do seu negócio e do seu mercado é mais consciente sobre os pontos vulneráveis de sua competitividade. A atividade-fim da empresa, o objeto a que se propôs a desenvolver, demanda constante atualização e aperfeiçoamento, sob o risco de sucumbir à concorrência através de diversas maneiras. A partir dos estudos realizados, pode-se concluir que a atividade de fomento mercantil nasceu com ótimos objetivos para auxiliar as MPEs, de maneira que possa prover para elas uma forma de suporte nas suas transações comerciais. Muitos administradores têm como definição pessoal o *factoring* como um agiota legalizado, e isso se deve ao fato de que muitas empresas de *factoring* se limitam apenas a realizar as transações de compra de créditos, não se importando com as verdadeiras necessidades do cliente.

É possível que em determinadas situações o *factoring* tenha taxas maiores que as instituições financeiras devido a vários aspectos como volume de duplicatas, valores etc, porém no projeto analisado, a concessão de crédito por parte dos bancos é mais delicada e burocrática devido a falta de confiança na estabilidade, capacidade de pagamento e outros fatores já citados nas MPEs, entretanto, as *factorings* são mais maleáveis a este aspecto, pois elas não se limitam apenas a compra de créditos, mas também a prestação de serviços direta ao micro empresário. Podemos citar como exemplo o acompanhamento do contas a pagar/receber, fluxo de caixa etc.

Poderíamos destacar como uma das principais vocações do *factoring* o direcionamento de fomentar o setor produtivo da empresa em vários aspectos. A partir do momento em que as pequenas e médias empresas entenderem o real sentido e finalidade do fomento mercantil, e se aliançarem com *factorings* idôneas e que respeitam sua verdadeira função, com certeza teremos uma economia progressiva e que por consequência beneficiará a muitos desta classe empresarial.

## REFERÊNCIAS

ANFAC – Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil – Factoring  
Disponível em: <http://www.anfac.com.br> Acesso em: 20 de maio de 2007.

\_\_\_\_\_. *Referências Bibliográficas*, NBR 6023/Ago. 2002. Rio de Janeiro, 2002.

ASSAF, A. Neto. *Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro*. São Paulo: Atlas, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Informação e Documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação*, NBR 14724; 2005, 2ª ed., Rio de Janeiro, 30.12.2005.

Banco Central do Brasil

Disponível em: <http://www.bcb.gov.br> Acesso em: 15 de novembro de 2007.

GEM – Global Entrepreneurship Monitor. *Empreendedorismo no Brasil – Relatório Executivo*. IBQP – Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade. Curitiba, 2008.

GOMES, Orlando. *Contratos*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

IBFM - Instituto Brasileiro de Fomento Mercantil

Disponível em: <http://www.ibfm.com.br> Acesso em: 20 de maio de 2007.

KATAYAMA, Daniel Mizusaki. *Modelos de Crédito Aplicados a Empresas de Factoring*, 2003, 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LEITE, Luiz Lemos. *Factoring no Brasil*.

São Paulo. 11ª edição revista e ampliada, 2007 – Editora Atlas.



MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTIZ, Alexandre. *Guia para Elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso*.

São Paulo. 1ª edição, 2000 – Editora Atlas..

PADOVEZE, C.L. *Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil*. 3ª.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, José Odálio. *Análise de Crédito – Empresas e Pessoas Físicas*. São Paulo. 2ª edição, 2003 – Editora Atlas.

SECURATO, J. R. e outros. *Crédito – Análise e Avaliação do Risco – Pessoas Físicas e Jurídicas*. São Paulo. 1ª edição, 2002 - Saint Paul Institute of Finance.

UFPR - Universidade Federal do Paraná

Disponível em: <http://www.ufpr.br> Acesso em: 15 de novembro de 2007.

## **ANEXOS**

**BALANÇO ORIGINAL - (ATIVO) - REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A**

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007
1	Ativo Total	78.881.768	87.907.959	104.423.437
1.01	Ativo Circulante	77.076.407	85.977.695	103.683.911
1.01.01	Disponibilidades	1.386.662	2.241.876	2.344.723
1.01.01.01	Caixa	19.472	20.201	4.750
1.01.01.02	Bancos c/Movimento	1.367.190	2.221.675	2.339.973
1.01.02	Créditos	75.664.260	83.730.394	101.334.721
1.01.02.01	Clientes	75.664.260	83.730.394	101.334.721
1.01.02.01.01	Créditos Diversos	-	-	-
1.01.02.01.02	Títulos a Receber	67.861.524	73.870.115	88.693.398
1.01.02.01.03	Adiantamento Diversos	6.072.894	7.763.164	9.278.363
1.01.02.01.04	Adiantamento p/Funcionários	13.676	36.458	51.488
1.01.02.01.05	Impostos a Recuperar	1.324.706	1.311.461	1.439.580
1.01.02.01.06	Aplicações Financeiras	2.372	1.397	251.217
1.01.02.01.07	Outros Créditos	389.088	747.799	1.620.675
1.01.02.02	Créditos Diversos	-	-	-
1.01.03	Estoques	-	-	-
1.01.04	Outros	25.485	5.425	4.467
1.01.04.01	Despesas Antecipadas	25.485	5.425	4.467
1.02	Ativo Não Circulante	1.805.361	1.930.264	739.526
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.501.213	1.593.075	488.361
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.501.213	1.593.075	488.361
1.02.01.01.01	Depósitos e Cauções	1.336.741	1.428.603	323.889
1.02.01.01.02	Depósitos p/ Incentivos Fiscais	164.472	164.472	164.472
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	-	-	-
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	-	-	-
1.02.01.02.02	Com Controladas	-	-	-
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	-	-	-
1.02.01.03	Outros	-	-	-
1.02.02	Ativo Permanente	304.148	337.189	251.165
1.02.02.01	Investimentos	-	-	-
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	-	-	-
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	-	-	-
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	-	-	-
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	-	-	-
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	-	-	-
1.02.02.02	Imobilizado	304.148	337.189	251.165
1.02.02.02.01	Móveis e Utensílios	60.697	61.397	61.926
1.02.02.02.02	Equipamentos de Computação	866.276	960.894	1.070.885
1.02.02.02.03	Linhas Telefonicas	11.426	11.426	11.426
1.02.02.02.04	Veículos	161.352	305.212	305.212
1.02.02.02.05	(-) Provisão p/ Depreciação	(795.603)	(1.001.740)	(1.198.284)
1.02.02.03	Intangível	-	-	-
1.02.02.04	Diferido	-	-	-

**BALANÇO ORIGINAL - (PASSIVO) - REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A**

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007
2	Passivo Total	78.881.768	87.907.959	104.423.437
2.01	Passivo Circulante	36.856.939	46.171.444	62.541.425
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	18.500.825	19.494.006	32.029.656
2.01.02	Debêntures	6.844.318	11.270.845	11.270.845
2.01.03	Fornecedores	426.910	450.650	603.820
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	471.848	528.598	453.957
2.01.05	Dividendos a Pagar	405.123	1.155.895	470.941
2.01.06	Provisões	1.418.995	1.403.738	1.551.947
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	-
2.01.08	Outros	8.788.920	11.867.712	16.160.259
2.02	Passivo Não Circulante	3.115.142	2.793.385	2.806.401
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.115.142	2.793.385	2.806.401
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.115.142	2.793.385	2.806.401
2.02.01.02	Debêntures	-	-	-
2.02.01.03	Provisões	-	-	-
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	-
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	-	-
2.02.01.06	Outros	-	-	-
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	-	-	-
2.03	Patrimônio Líquido	38.909.687	38.943.130	39.075.611
2.03.01	Capital Social Realizado	28.000.000	28.000.000	38.000.000
2.03.02	Reservas de Capital	10.160.042	10.160.042	160.042
2.03.03	Reservas de Reavaliação	-	-	-
2.03.03.01	Ativos Próprios	-	-	-
2.03.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	-	-	-
2.03.04	Reservas de Lucro	662.393	783.088	915.569
2.03.04.01	Legal	662.393	783.088	915.569
2.03.04.02	Estatutária	-	-	-
2.03.04.03	Para Contingências	-	-	-
2.03.04.04	De Lucros a Realizar	-	-	-
2.03.04.05	Retenção de Lucros	-	-	-
2.03.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	-	-	-
2.03.04.07	Outras Reservas de Lucro	-	-	-
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	87.252	-	-
2.03.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	-	-



**BALANÇO ORIGINAL - (DRE) - REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A**

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	28.962.839	29.500.656	29.396.642
3.02	Deduções da Receita Bruta	(1.959.557)	(2.017.131)	(2.078.018)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	27.003.282	27.483.525	27.318.624
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(21.160.755)	(21.269.874)	(20.069.636)
3.05	Resultado Bruto	5.842.527	6.213.651	7.248.988
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(2.331.979)	(2.894.836)	(3.293.845)
3.06.01	Com Vendas	-	-	-
3.06.02	Gerais e Administrativas	(10.119.159)	(12.040.165)	(11.832.531)
3.06.03	Financeiras	-	-	-
3.06.03.01	Receitas Financeiras	-	-	-
3.06.03.02	Despesas Financeiras	-	-	-
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	8.375.433	9.979.153	9.087.638
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(588.253)	(833.824)	(548.952)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	-
3.07	Resultado Operacional	3.510.548	3.318.815	3.955.143
3.08	Resultado Não Operacional	23.809	(500)	51.222
3.08.01	Receitas	-	-	-
3.08.02	Despesas	23.809	(500)	51.222
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	3.534.357	3.318.315	4.006.365
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.261.915)	(904.403)	(1.356.749)
3.11	IR Diferido	-	-	-
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	-	-	-
3.12.01	Participações	-	-	-
3.12.02	Contribuições	-	-	-
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	2.272.442	2.413.912	2.649.616

**BALANÇO ORIGINAL - (DOAR) - REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A**

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007
4.01	Origens	9.481.471	2.620.046	3.963.890
4.01.01	Das Operações	2.481.471	2.620.046	2.846.160
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	2.272.442	2.413.910	2.649.616
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	209.029	206.136	196.544
4.01.02	Dos Acionistas	-	-	-
4.01.03	De Terceiros	7.000.000	-	1.117.730
4.02	Aplicações	3.709.211	3.033.264	2.627.655
4.02.01	Aumento do Ativo Permanente	184.327	239.178	110.520
4.02.02	Dividendos Distribuídos	2.300.961	2.380.467	2.517.135
4.02.03	Aumento Realizável a Longo Prazo	1.012.853	91.862	-
4.02.04	Redução do Exigível a Longo Prazo	211.070	321.757	-
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	5.772.260	(413.218)	1.336.235
4.04	Variação do Ativo Circulante	(1.828.742)	8.901.287	17.706.217
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	78.905.149	77.076.407	85.977.694
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	77.076.407	85.977.694	103.683.911
4.05	Variação do Passivo Circulante	(7.601.002)	9.314.505	16.369.982
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	44.457.941	36.856.939	46.171.444
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	36.856.939	46.171.444	62.541.426

**BALANÇO ORIGINAL - (DMPL) - REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A**

**2005**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros/Prejuízo Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	14.000.000	17.160.042	-	548.771	229.394	31.938.207
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	-	7.000.000	-	-	-	-
5.02.01	Premio Emissão Títulos	-	7.000.000	-	-	-	-
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	14.000.000	(14.000.000)	-	-	-	-
5.04	Realização de Reservas	-	-	-	-	-	7.000.000
5.05	Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	2.272.442	2.272.442
5.07	Destinações	-	-	-	113.622	(2.414.583)	(2.300.961)
5.07.01	Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(2.300.961)	-
5.07.02	Reserva Legal	-	-	-	113.622	(113.622)	-
5.08	Outros	-	-	-	-	-	-
5.09	Saldo Final	28.000.000	10.160.042	-	662.393	87.253	38.909.688

**2006**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros/Prejuízo Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	14.000.000	17.160.042	0	548.771	229.394	31.938.207
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	7.000.000	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	14.000.000	-14.000.000	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	7.000.000
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	2.272.442	2.272.442
5.07	Destinações	0	0	0	113.622	-2.414.583	-2.300.961
5.07.01	Distribuição de Dividendos	0	0	0	0	-2.300.961	0
5.07.02	Reserva Legal	0	0	0	113.622	-113.622	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	28.000.000	10.160.042	0	662.393	87.253	38.909.688

**2007**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros/Prejuízo Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	28.000.000	10.160.042	0	783.088	0	38.943.130
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	10.000.000	-10.000.000	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	2.649.616	2.649.616
5.07	Destinações	0	0	0	132.481	-132.481	0
5.08	Outros	0	0	0	0	-2.517.135	-2.517.135
5.09	Saldo Final	38.000.000	160.042	0	915.569	0	39.075.611

**BALANÇO RECLASSIFICADO - REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A**

ATIVO	31/12/2005	AV	AH	31/12/2006	AV	AH	31/12/2007	AV	AH
Disponível	1.386.662	1,8%	100,0%	2.241.876	2,6%	161,7%	2.344.723	2,2%	104,6%
Aplicações Financeiras	2.372	0,0%	100,0%	1.397	0,0%	58,9%	251.217	0,2%	17982,6%
Contas a Receber de Clientes	67.861.524	86,0%	100,0%	73.870.115	84,0%	108,9%	88.693.398	84,9%	120,1%
Estoques	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos a Recuperar	1.324.706	1,7%	100,0%	1.311.461	1,5%	99,0%	1.439.580	1,4%	109,8%
Desp. Pagas Antecipadamente	25.485	0,0%	100,0%	5.425	0,0%	21,3%	4.467	0,0%	82,3%
Outros	6.475.658	8,2%	100,0%	8.547.421	9,7%	132,0%	10.950.526	10,5%	128,1%
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>77.076.407</b>	<b>97,7%</b>	<b>100,0%</b>	<b>85.977.695</b>	<b>97,8%</b>	<b>111,5%</b>	<b>103.683.911</b>	<b>99,3%</b>	<b>120,6%</b>
Outras Contas	1.501.213	1,9%	100,0%	1.593.075	1,8%	106,1%	488.361	0,5%	30,7%
<b>REALIZÁVEL LONGO PRAZO</b>	<b>1.501.213</b>	<b>1,9%</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.593.075</b>	<b>1,8%</b>	<b>106,1%</b>	<b>488.361</b>	<b>0,5%</b>	<b>30,7%</b>
Particip. Contr/Coligada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Imobilizado	1.099.751	1,4%	100,0%	1.338.929	1,5%	121,7%	1.449.449	1,4%	108,3%
Imobilização em Andamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Deprec. Amort. Exaustão.	(795.603)	-1,0%	100,0%	(1.001.740)	-1,1%	125,9%	(1.198.284)	-1,1%	119,6%
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>304.148</b>	<b>0,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>337.189</b>	<b>0,4%</b>	<b>110,9%</b>	<b>251.165</b>	<b>0,2%</b>	<b>74,5%</b>
<b>ATIVO DIFERIDO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>304.148</b>	<b>0,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>337.189</b>	<b>0,4%</b>	<b>110,9%</b>	<b>251.165</b>	<b>0,2%</b>	<b>74,5%</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>78.881.768</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>87.907.959</b>	<b>100,0%</b>	<b>111,4%</b>	<b>104.423.437</b>	<b>100,0%</b>	<b>118,8%</b>

PASSIVO	31/12/2005	AV	AH	31/12/2006	AV	AH	31/12/2007	AV	AH
Fornecedores	426.910	0,5%	100,0%	450.650	0,5%	105,6%	603.820	0,6%	134,0%
Empréstimos Bancários	18.500.825	23,5%	100,0%	19.494.006	22,2%	105,4%	32.029.656	30,7%	164,3%
Debêntures	6.844.318	8,7%	100,0%	11.270.845	12,8%	164,7%	11.270.845	10,8%	100,0%
Dividendos a Pagar	405.123	0,5%	100,0%	1.155.895	1,3%	285,3%	470.941	0,5%	40,7%
Impostos, Taxas e Contrib.	471.848	0,6%	100,0%	528.598	0,6%	112,0%	453.957	0,4%	85,9%
Outras Obrig. de Curto prazo	10.207.915	12,9%	100,0%	13.271.450	15,1%	130,0%	17.712.206	17,0%	133,5%
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>36.856.939</b>	<b>46,7%</b>	<b>100,0%</b>	<b>46.171.444</b>	<b>52,5%</b>	<b>125,3%</b>	<b>62.541.425</b>	<b>59,9%</b>	<b>135,5%</b>
Empréstimos de Longo Prazo	3.115.142	3,9%	100,0%	2.793.385	3,2%	89,7%	2.806.401	2,7%	100,5%
Obrigações a Longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>3.115.142</b>	<b>3,9%</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.793.385</b>	<b>3,2%</b>	<b>89,7%</b>	<b>2.806.401</b>	<b>2,7%</b>	<b>100,5%</b>
<b>EXIGÍVEL TOTAL</b>	<b>39.972.081</b>	<b>50,7%</b>	<b>100,0%</b>	<b>48.964.829</b>	<b>55,7%</b>	<b>122,5%</b>	<b>65.347.826</b>	<b>62,6%</b>	<b>133,5%</b>
<b>RESULT. DE EXERC. FUTURO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Capital Social	28.000.000	35,5%	100,0%	28.000.000	31,9%	100,0%	38.000.000	36,4%	135,7%
Reserva de Capital	10.160.042	12,9%	100,0%	10.160.042	11,6%	100,0%	160.042	0,2%	1,6%
Reserva de Lucros	662.393	0,8%	100,0%	783.088	0,9%	118,2%	915.569	0,9%	116,9%
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro/Prejuízos Acumulados	87.252	0,1%	100,0%	-	-	-	-	-	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>38.909.687</b>	<b>49,3%</b>	<b>100,0%</b>	<b>38.943.130</b>	<b>44,3%</b>	<b>100,1%</b>	<b>39.075.611</b>	<b>37,4%</b>	<b>100,3%</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>78.881.768</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>87.907.959</b>	<b>100,0%</b>	<b>111,4%</b>	<b>104.423.437</b>	<b>100,0%</b>	<b>118,8%</b>

**BALANÇO RECLASSIFICADO - REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A**

DRE	31/12/2005	AV	AH	31/12/2006	AV	AH	31/12/2007	AV	AH
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>28.962.839</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>29.500.656</b>	<b>100,0%</b>	<b>101,9%</b>	<b>29.396.642</b>	<b>100,0%</b>	<b>99,6%</b>
Abatimentos e Devoluções	(1.959.557)	-6,8%	100,0%	(2.017.131)	-6,8%	102,9%	(2.078.018)	-7,1%	103,0%
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>27.003.282</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>27.483.525</b>	<b>100,0%</b>	<b>101,8%</b>	<b>27.318.624</b>	<b>100,0%</b>	<b>99,4%</b>
Custo de Bens e/ou Serviços	(21.160.755)	-78,4%	100,0%	(21.269.874)	-77,4%	100,5%	(20.069.636)	-73,5%	94,4%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>5.842.527</b>	<b>21,6%</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.213.651</b>	<b>22,6%</b>	<b>106,4%</b>	<b>7.248.988</b>	<b>26,5%</b>	<b>116,7%</b>
Despesas Administrativas	(10.119.159)	-37,5%	100,0%	(12.040.165)	-43,8%	119,0%	(11.832.531)	-43,3%	98,3%
Despesas de Vendas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas Operacionais	(588.253)	-2,2%	100,0%	(833.824)	-3,0%	141,7%	(548.952)	-2,0%	65,8%
Outras Receitas Operacionais	8.375.433	31,0%	100,0%	9.979.153	36,3%	119,1%	9.087.638	33,3%	91,1%
Despesas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Res. Contr/Colig/Eq. Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>3.510.548</b>	<b>13,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.318.815</b>	<b>12,1%</b>	<b>94,5%</b>	<b>3.955.143</b>	<b>14,5%</b>	<b>119,2%</b>
Resultado não Operacional	23.809	0,1%	100,0%	(500)	0,0%	-2,1%	51.222	0,2%	-10244,4%
<b>LUCRO ANTES DO IR/CSLL</b>	<b>3.534.357</b>	<b>13,1%</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.318.315</b>	<b>12,1%</b>	<b>93,9%</b>	<b>4.006.365</b>	<b>14,7%</b>	<b>120,7%</b>
Provisão para IR	(1.261.915)	-4,7%	100,0%	(904.403)	-3,3%	71,7%	(1.356.749)	-5,0%	150,0%
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>2.272.442</b>	<b>8,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.413.912</b>	<b>8,8%</b>	<b>106,2%</b>	<b>2.649.616</b>	<b>9,7%</b>	<b>109,8%</b>

# ANÁLISE ATRAVÉS DE INDICES

	DENOMINAÇÃO	FÓRMULAS	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007
FINANCEIRA	LÍQUIDEZ IMEDIATA	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	0,04	0,05	0,04
	LÍQUIDEZ CORRENTE	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	2,09	1,86	1,66
	LÍQUIDEZ GERAL	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível Longo Prazo}}$	1,97	1,79	1,59
ESTRUTURAL	PARTIC. DE CAPITAL DE 3º - ENDIVIDAMENTO	$\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	56%	57%	89%
	COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}}$	171%	207%	180%
	IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	1%	1%	1%
	CAPITALIZAÇÃO	$\frac{\text{Capitais Próprios Médio}}{\text{Ativo Médio}}$	-	23%	20%
ECONÔMICA	MARGEM LÍQUIDA	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receitas Líquidas}}$	8%	9%	10%
	RENTABILIDADE DO ATIVO	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Médio}}$	-	3%	3%
	RENTABILIDADE DO PL	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$	-	6%	7%
	PRODUTIVIDADE	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Médio}}$	-	0,33	0,28

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 2006 e 2005.

São Paulo, 21 de março de 2007

Balancos Encerrados em 31/12/2006 e 2005 - Valores Expressos em Reais - R\$			
	Dez./06	Dez./05	
<b>Ativo</b>			
Ativo Circulante	85.977.694	77.076.407	
Caixa e Bancos	2.241.876	1.386.662	
Aplicações Financeiras	1.396	2.372	
Duplicatas a Receber	73.870.115	67.861.524	
Impostos a Recuperar	1.311.461	1.324.706	
Outros Créditos	8.552.846	6.501.143	
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.593.075</b>	<b>1.501.213</b>	
Depósito e Cauções	488.361	488.361	
Outros Créditos	1.104.714	1.012.852	
<b>Ativo Permanente</b>	<b>337.190</b>	<b>304.148</b>	
Imobilizado	337.190	304.148	
<b>Total do Ativo</b>	<b>87.907.959</b>	<b>78.881.768</b>	
<b>Passivo</b>			
Passivo Circulante	46.171.444	36.855.939	
Fornecedores	450.650	426.910	
Empréstimos	30.764.852	25.345.143	
Salários, Encargos e Provisões	262.580	246.407	
Impostos e Contribuições	1.719.337	1.691.256	
Impostos e Contr. Parcelados	637.198	546.680	
Outras Contas a Pagar	12.336.827	8.600.543	
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>2.793.385</b>	<b>3.115.142</b>	
Impostos e Contr. Parcelados	2.793.385	3.115.142	
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>38.943.130</b>	<b>38.909.687</b>	
Capital Social	28.000.000	28.000.000	
Reserva de Capital	10.160.042	10.160.042	
Reserva de Lucros	783.088	662.393	
Lucros/Prejuízos Acumulados	87.252	87.252	
<b>Total do Passivo</b>	<b>87.907.959</b>	<b>78.881.768</b>	

Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido - Valores Expressos em Reais - R\$				
	Capital Subscrito	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Lucro Acumulado
<b>Saldo em 31/12/2004</b>	<b>14.000.000</b>	<b>17.160.042</b>	<b>548.771</b>	<b>31.938.207</b>
Prêmio Emissão Títulos	-	7.000.000	-	7.000.000
Aumento de Capital c/Reservas	14.000.000	(14.000.000)	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(2.300.961)
Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	2.272.442
Reserva Legal	-	-	113.622	(113.623)
<b>Saldo em 31/12/2005</b>	<b>28.000.000</b>	<b>10.160.042</b>	<b>662.393</b>	<b>38.909.687</b>
Prêmio Emissão Títulos	-	-	-	-
Aumento de Capital c/Reservas	-	-	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(2.380.467)
Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	2.413.910
Reserva Legal	-	-	120.695	(120.695)
<b>Saldo em 31/12/2006</b>	<b>28.000.000</b>	<b>10.160.042</b>	<b>783.088</b>	<b>38.943.130</b>

Notas Explic. às Demonstrações Contábeis em 31/12/2006 e 2005

**01. Contexto Operacional:** A Sociedade tem como atividade preponderante, no contexto do seu objetivo social, a aquisição de direitos de pessoas jurídicas, resultantes de vendas de seus ativos ou prestação de serviços, podendo para tanto, efetuar contratos com a cláusula "Dei Credere" e/ou operações denominadas "Factoring" ou Fomento Comercial, inclusive nos negócios internacionais de importação e exportação, podendo também, ceder referidos direitos a terceiros, bem como prestar serviços de acompanhamento comercial e de contas a receber, levantar situações creditícias, efetuar cobranças de títulos, prestar assessoria administrativa e financeira e bem assim, exercer qualquer atividade correlata ligada às principais, exceto aquelas que dependem de autorização prevista pelo Banco Central do Brasil. **02. Elaboração das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira - Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, as quais, a partir da extinção da correção monetária do balanço pela Lei nº 9.249/95, não prevêm o reconhecimento dos efeitos inflacionários. **03. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade para a elaboração das demonstrações contábeis, são as seguintes: **(a) Resultado das Operações:** As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência do exercício. **(b) Ativo Circulante:** São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e rendimentos auferidos. **(c) Realizável a Longo Prazo:** Os valores realizáveis após o encerramento do exercício seguinte, estão classificados como Realizável a Longo Prazo. **(d) Imobilizado:** Os bens e direitos que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia foram avaliados ao custo de aquisição, monetariamente corrigidos até 31 de dezembro de 1995. As depreciações foram computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. **(e) Passivos Circulantes:** Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(f) Exigível a Longo Prazo:** Os valores exigíveis após o encerramento do exercício seguinte, estão classificados como Exigível a Longo Prazo. **(g) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados, com base nas alíquotas vigentes, sobre o lucro ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. **(h) Provisão de Férias:** A empresa constituiu provisão de Férias, em montante suficiente para cobrir as obrigações com os seus empregados. **04. Contas a Receber:** Os direitos e títulos de créditos originados das atividades-fim, são avaliados pelo valor nominal. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em valor estimado e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de títulos a receber. **05. Impostos a Recuperar:** Correspondem a valores produzidos na operação da empresa e representam impostos antecipados e compensáveis em períodos futuros. **Imposto IRPJ - Estimativa:** 31/12/2006 904.403 31/12/2005 921.527 **CSLL - Estimativa:** 31/12/2006 334.225 31/12/2005 340.390 **PIS a Recuperar Lei 10637/02:** 31/12/2006 10.453 31/12/2005 10.277 **IR s/ Aplicação Financeira:** 31/12/2006 2.702 31/12/2005 1.351 **COFINS a Recuperar Lei 10633/03:** 31/12/2006 48.147 31/12/2005 47.338 **IR na Fonte Lei 10833/03:** 31/12/2006 8.425 31/12/2005 75 **CSLL Lei 10833/03:** 31/12/2006 1.231 31/12/2005 226 **COFINS Lei 10633/03:** 31/12/2006 1.541 31/12/2005 334 **PIS Lei 10833/03:** 31/12/2006 334 31/12/2005 49 **Total:** 31/12/2006 1.311.461 31/12/2005 1.324.706 **06. Outros Créditos:** Correspondem a adiantamentos relativos às operações, bem como outros adiantamentos a fornecedores e funcionários e despesas antecipadas a serem reconhecidas, observando-se o regime de competência. **Adiantamentos:** 31/12/2006 7.775.331 31/12/2005 6.066.571 **Despesas Antecipadas:** 31/12/2006 29.716 31/12/2005 25.484 **Outros Adiantamentos:** 31/12/2006 747.799 31/12/2005 389.088 **Total:** 31/12/2006 8.552.846 31/12/2005 6.501.143

**07. Imobilizado:**

	Taxa	Custo	Deprec.	Valor	Valor
	Deprec.	Corrigido	Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	10%	61.397	46.432	14.965	22.043
Veículos	20%	305.212	122.052	183.160	77.690
Equip. Proc. de Dados	20%	960.894	833.254	127.640	192.988
Linhas Telefônicas	-	11.427	-	11.427	11.427
<b>Total</b>		<b>1.338.930</b>	<b>1.001.738</b>	<b>337.192</b>	<b>304.148</b>

**08. Empréstimos:** Referem-se às obrigações em moeda nacional no montante de R\$ 30.762.852 em 31 de dezembro de 2006, utilizados para capital de giro. Tais obrigações são representadas por empréstimos ou contas garantidas que decorrem de contratos rotativos, garantidos por títulos a receber. As taxas de juros aplicáveis aos empréstimos são taxas de mercado, calculadas com base na taxa do CDI, acrescida de um percentual que varia conforme o banco credor.

	Tx. Juros a.m.	Finalidade	31/12/2006	31/12/2005
Empréstimo	CDI + 0,25%	Cap. Giro	4.683.976	6.206.413
Conta Garantida	CDI + 0,25%	Cap. Giro	14.810.030	12.294.412
Debêntures	CDI + 0,35%	Cap. Giro	11.270.846	8.844.318
<b>Total</b>			<b>30.764.852</b>	<b>25.345.143</b>

**09. Impostos e Contribuições a Recolher:** São representados neste grupo de contas os impostos e contribuições devidos decorrentes das operações da empresa, registrados pelos seus valores originais, bem como as provisões para IRPJ e CSLL.

	31/12/2006	31/12/2005
<b>Impostos e Contribuições</b>		
ISS	20.361	11.577
COFINS	194.960	194.333
PIS	42.327	42.190
IRPJ	17.527	9.431
IOF e CSL	131.351	115.045
IRRF	42.849	49.427
CPMF	26.677	2.916
Provisão para IRPJ	904.403	921.526
Provisão para CSLL	334.225	340.389
Contr. Retidas Lei 10833/03	4.657	4.189
IPTU	-	233
<b>Total</b>	<b>1.719.337</b>	<b>1.691.256</b>

**10. Impostos e Contribuições Parcelados (PAES):** São representados pelos débitos de impostos e contribuições incluídos em parcelamento, registrados pelos seus valores consolidados, deduzidos das amortizações ocorridas. A Sociedade aderiu ao Parcelamento Especial - PAES instituído pela Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003, sendo que o total da dívida consolidada incluída no PAES até 31/07/2003 é de R\$ 3.867.155 (exceto amortizações), estes valores dependem da homologação da Receita Federal. O referido débito fiscal decorre da formalização da desistência de recurso impetrado contra autos de infração lavrados pela SRF e consequente reconhecimento deste passivo, condição esta necessária para adesão ao parcelamento mencionado, sendo que tais autos de infração decorrem de diferença no cálculo da COFINS, levantada pela fiscalização, relativas ao período de 1995 a 1999, bem como de diferenças no cálculo do IRPJ e da CSLL ocorridas nos anos de 1997 e 1998. Os valores do débito fiscal não foram anteriormente provisionados por decisão da administração da Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos. Sobre o total da dívida consolidada incidem encargos financeiros correspondentes à variação da TJLP. O pagamento da dívida consolidada está e continuará sendo feito em parcelas mensais e sucessivas em 120 meses, cujo vencimento é o último dia do mês subsequente.

Demonstr. do Result. dos Exerc. - Valores Expressos em Reais - R\$			
	Dez./06	Dez./05	
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>29.500.656</b>	<b>28.962.840</b>	
Prestação de Serviços	29.500.656	28.962.840	
<b>(-) Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(2.017.131)</b>	<b>(1.959.558)</b>	
Impostos Incidentes s/Vendas	(2.017.131)	(1.959.558)	
<b>(=) Receita Operacional Líquida</b>	<b>27.483.525</b>	<b>27.003.282</b>	
Custo dos Serviços Prestados	(21.269.876)	(21.160.755)	
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>6.213.651</b>	<b>5.842.527</b>	
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(2.560.613)</b>	<b>(2.331.979)</b>	
Despesas Administrativas	(12.040.165)	(10.119.159)	
Despesas Tributárias	(499.600)	(588.253)	
Receitas (Despesas) Financ. Líquidas	9.979.153	8.375.433	
<b>Resultado Operacional</b>	<b>3.653.038</b>	<b>3.510.548</b>	
Despesas/Receitas Não Operacionais	(500)	23.809	
<b>Resultado Antes da CSLL</b>	<b>3.652.538</b>	<b>3.534.357</b>	
Contribuição Social	(334.225)	(340.389)	
<b>Resultado Antes do IRPJ</b>	<b>3.318.313</b>	<b>3.193.968</b>	
Provisão de IRPJ	(904.403)	(921.526)	
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>2.413.910</b>	<b>2.272.442</b>	
Lucro por Ação	0,08	0,08	

**Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos dos Exercícios Findos em 31/12/2006 e de 2005 - Valores Expressos em Reais - R\$**

	Dez./06	Dez./05
<b>Origens dos Recursos</b>	<b>2.620.046</b>	<b>9.481.471</b>
Das Operações: Lucro/Prejuízo do Exercício	2.413.910	2.272.442
Depreciações	206.136	209.029
De Terceiros: Prêmio Emissão Título	-	7.000.000
<b>Aplicações de Recursos</b>	<b>3.033.264</b>	<b>3.709.211</b>
Aumento Realizável Longo Prazo	91.862	1.012.853
Aumento do Ativo Permanente	239.178	184.327
Dividendos Distribuídos	2.380.467	2.300.961
Redução do Exigível a Longo Prazo	321.757	211.070
<b>Aumento (Redução) do Cap. Circ. Líquido</b>	<b>(413.218)</b>	<b>5.772.260</b>
<b>Variações do Capital Circulante</b>		
Ativo Circulante	8.901.287	(1.828.742)
No Início do Exercício	77.076.407	78.905.149
No Fim do Exercício	85.977.694	77.076.407
Passivo Circulante	9.314.505	(7.601.002)
No Início do Exercício	36.856.939	44.657.941
No Fim do Exercício	46.171.444	36.856.939
<b>Aumento (Redução) do Cap. Circ. Líquido</b>	<b>(413.218)</b>	<b>5.772.260</b>

**Consolidação dos débitos incluídos no Parcelamento PAES**

	IRPJ	CSLL	COFINS	IRRF	Total
Tributo/Contribuição	925.000	296.000	333.184	-	1.554.184
Valor Original	1.087.902	348.129	450.666	-	1.886.698
<b>Total Auto de Infração</b>	<b>2.012.902</b>	<b>644.129</b>	<b>783.850</b>	<b>-</b>	<b>3.440.882</b>
(Base 30/11/2000)					
Acrescimos Moratórios (Juros/Multa)	764.373	244.600	275.327	-	1.284.300
<b>Total Consolidado (PAES)</b>	<b>2.777.275</b>	<b>888.729</b>	<b>1.059.177</b>	<b>-</b>	<b>4.725.182</b>
(-) Redução de Multa PAES (50%)	(510.669)	(163.414)	(183.942)	-	(858.026)
<b>Total Consolidado Parcelado</b>	<b>2.266.606</b>	<b>725.315</b>	<b>875.235</b>	<b>1.056</b>	<b>3.868.212</b>
(-) Amortizações	-	-	-	-	(1.283.564)
Atualização TJLP	-	-	-	-	845.934
<b>Saldo em 31/12/2005</b>	<b>2.266.606</b>	<b>725.315</b>	<b>875.235</b>	<b>1.056</b>	<b>3.430.582</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>637.197</b>				
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>	<b>2.793.385</b>				

**11. Processos - Base de Cálculo da COFINS:** A Sociedade questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo, incluindo as receitas de deságio nas operações de factoring e as demais receitas financeiras, da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Os valores relacionados a este processo, não estão provisionados nas demonstrações financeiras da Sociedade porque sua administração, baseada em pareceres de seus assessores jurídicos e na decisão final em 1ª instância favorável à Companhia (datada de 29/09/2000), decidiu por não provisionar. Estes valores são apresentados a seguir, pelos seus valores originais na data base de 31/12/2005:

	Valores em R\$
<b>Ano Base</b>	
2000	253.319
2001	611.740
2002	696.093
2003	921.361
<b>Total</b>	<b>2.482.513</b>

**12. Outras Contas a Pagar:** Refere-se a valores nominais de títulos de terceiros a repassar em cobrança na carteira da empresa, bem como débitos junto aos acionistas, relativos à dividendos e remuneração do capital próprio.

	31/12/2006	31/12/2005
Tít. de Terceiros a Repassar, em Cobrança	8.868.158	5.355.593
Juros sobre Capital Próprio a Pagar	1.603.053	1.729.880
Dividendos a Pagar	1.155.894	405.123
Empréstimos de Sócios (Mútuo)	709.722	1.109.947
<b>Total</b>	<b>12.336.827</b>	<b>8.600.543</b>

**13. Seguros:** A empresa mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos, em montantes suficientes para assegurar a reposição dos bens e a continuidade das operações em caso de sinistros. **14. Capital Social:** **a) Capital Social:** O Capital Social subscrito e integralizado está representado por 28.000.000 (Vinte e oito milhões) de ações, com o valor patrimonial de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **b) Reserva de Lucros:** É representada pela reserva legal calculada em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

**Conselho de Administração:** Mariana Sabina Postel Giolo - Presidente do Conselho de Administração  
Conselheiros: Ruben Halaban - Roberto Miguel Postel

**Claudio Andre Halaban** - Diretor Presidente - Mariana Sabina Postel Giolo - Diretora Superintendente  
Veronica S. Athanazio - CRC 1SP 198398/O-8

**Parecer dos Auditores**  
São Paulo, 21/03/2007 - Ilmos. Srs. Acionistas Redfactor Factoring e Fomento Comercial S.A. Prezados Senhores: Examinamos os Balancos Patrimoniais da empresa Redfactor Factoring e Fomento Comercial S.A., levantados em 31/12/2006 e 2005 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Nossos exames foram conduzidos de acordo

com as normas brasileiras de auditoria e compreendemos: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da empresa; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e

financeira da empresa Redfactor Factoring e Fomento Comercial S.A., em 31/12/2006 e 2005, o resultado de suas operações, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira.



**Senso Auditores Independentes**  
CRC 25P005977/O-9  
Valdir Siviero  
CT-CRC-1SP054.487/O-4

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 2007 e 2006.

Balancos Encerrados em 31/12/2007 e 2006 - Valores Expressos em Reais - R\$			
	31/12/2007	31/12/2006	
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Circulante</b>	103.683.911	85.977.694	
Caixa e Bancos	2.344.723	2.241.876	
Aplicações Financeiras	251.217	1.396	
Duplicatas a Receber	76.921.628	73.870.115	
Impostos a Recuperar	1.439.580	1.311.461	
Outros Créditos	10.954.993	8.552.846	
Fundo Inv. Direto Creditório	11.771.770	-	
<b>Ativo não Circulante</b>	488.361	1.593.075	
Realizável a Longo Prazo	488.361	1.593.075	
Depósito e Cauções	488.361	488.361	
Outros Créditos	-	1.104.714	
<b>Ativo Permanente</b>	251.166	337.190	
Imobilizado	251.166	337.190	
<b>Total do Ativo</b>	<b>104.423.438</b>	<b>87.907.959</b>	

Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido - Valores Expressos em Reais - R\$			
	Capital Subscrito	Reservas de Capital	Reserva de Lucros
<b>Saldo em 31/12/2005</b>	<b>28.000.000</b>	<b>10.160.042</b>	<b>682.393</b>
Distribuição de Dividendos	-	-	-
Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-
Reserva Legal	-	-	120.695
<b>Saldo em 31/12/2006</b>	<b>28.000.000</b>	<b>10.160.042</b>	<b>783.088</b>
Distribuição de Dividendos	-	-	-
Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-
Aumento de Capital c/Reservas	10.000.000	-	-
Reservas	-	(10.000.000)	132.481
<b>Saldo em 31/12/2007</b>	<b>38.000.000</b>	<b>160.042</b>	<b>915.569</b>

Notas Explic. às Demonstrações Contábeis em 31/12/2007 e 2006

**01. Contexto Operacional** - A sociedade tem como atividade preponderante, no contexto do seu objetivo social, a aquisição de direitos de pessoas jurídicas, resultantes de vendas de seus ativos ou prestação de serviços, podendo para tanto, efetuar contratos com a cláusula "Del Credere" e/ou operações denominadas "Factoring" ou Fomento Comercial, inclusive nos negócios internacionais de importação e exportação, podendo também, ceder referidos direitos a terceiros, bem como prestar serviços de acompanhamento comercial e de contas a receber, levantar situações creditícias, efetuar cobranças de títulos, prestar assessoria administrativa e financeira e bem assim, exercer qualquer atividade correlata ligada às principais, exceto aquelas que dependem de autorização prevista pelo Banco Central do Brasil. **02. Elaboração das Demonstrações Contábeis** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira - Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, as quais, a partir da extinção da correção monetária do balanço pela Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimento dos efeitos inflacionários. **03. Principais Práticas Contábeis** - As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: (a) **Resultado das Operações** - As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência do exercício. (b) **Ativo Circulante** - São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e rendimentos auferidos. (c) **Ativo não Circulante** - Os valores realizáveis após o encerramento do exercício seguinte estão classificados como Realizável a Longo Prazo. (d) **Imobilizado** - Os bens e direitos que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia foram avaliados ao custo de aquisição, monetariamente corrigidos até 31 de dezembro de 1995. As depreciações foram computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. (e) **Passivos Circulantes** - Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. (f) **Passivo não Circulante** - Os valores exigíveis após o encerramento do exercício seguinte, estão classificados como Exigível a Longo Prazo. (g) **Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social** - O imposto de renda e a contribuição social são calculados, com base nas alíquotas vigentes, sobre o lucro ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. (h) **Provisão de Férias** - A empresa constituiu provisão de Férias, em montante suficiente para cobrir as obrigações com os seus empregados. **04. Contas a Receber** - Os direitos e títulos de créditos originados das atividades - fins são avaliados pelo valor nominal. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em valor estimado e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização do título a receber. **05. Impostos a Recuperar** - Correspondem a valores produzidos na operação da empresa e representam impostos antecipados e compensáveis em períodos futuros. **Imposto**

	31/12/2007	31/12/2006
IRPJ - Estimativa	991.257	904.403
CSLL - Estimativa	365.492	334.225
PIS a Recuperar Lei 10.637/02	12.873	10.453
IR a Recuperar Lei 10.637/02	1.117	2.702
COFINS a Recuperar Lei 10.833/03	59.298	48.147
IR na fonte Lei 10.833/03	4.291	8.425
CSLL Lei 10.833/03	1.021	1.231
COFINS Lei 10.833/03	3.063	1.541
PIS Lei 10.833/03	664	334
IR Pago a Maior	504	-
<b>Total</b>	<b>1.439.580</b>	<b>1.311.461</b>

**06. Outros Créditos** - Correspondem a adiantamentos relativos às operações, bem como outros adiantamentos a fornecedores e funcionários e despesas antecipadas a serem reconhecidas, observando-se o regime de competência. **Adiantamentos**

	31/12/2007	31/12/2006
Adiantamentos	9.276.363	7.775.331
Despesas Antecipadas	22.263	29.716
Outros Adiantamentos	1.654.367	747.799
<b>Total</b>	<b>10.954.993</b>	<b>8.552.846</b>

**07. Imobilizado:**

	2007	2006
<b>Descrição</b>	<b>Deprec. Corrigido</b>	<b>Deprec. Corrigido</b>
Móveis e Utensílios	10%	61.926
Veículos	20%	305.212
Equip. Proc. de Dados	20%	1.070.885
Linhas Telefônicas	-	11.427
<b>Total</b>	<b>1.449.450</b>	<b>1.998.284</b>

	31/12/2007	31/12/2006
IRPJ - Estimativa	991.257	904.403
CSLL - Estimativa	365.492	334.225
PIS a Recuperar Lei 10.637/02	12.873	10.453
IR a Recuperar Lei 10.637/02	1.117	2.702
COFINS a Recuperar Lei 10.833/03	59.298	48.147
IR na fonte Lei 10.833/03	4.291	8.425
CSLL Lei 10.833/03	1.021	1.231
COFINS Lei 10.833/03	3.063	1.541
PIS Lei 10.833/03	664	334
IR Pago a Maior	504	-
<b>Total</b>	<b>1.439.580</b>	<b>1.311.461</b>

**08. Empréstimos** - Referem-se às obrigações em moeda nacional no montante de R\$ 43.300.504,00 (quarenta e três milhões trezentos mil quinhentos e quatro reais) em 31 de dezembro de 2007, utilizados para capital de giro. Tais obrigações são representadas por empréstimos ou contas garantidas que decorrem de contratos rotativos, garantidos por títulos a receber. As taxas de juros aplicáveis aos empréstimos são taxas de mercado, calculadas com base na taxa do CDI, acrescida de um percentual que varia conforme o banco credor.

	31/12/2007	31/12/2006
<b>Passivo Circulante</b>	<b>62.541.426</b>	<b>46.171.444</b>
Fornecedores	603.820	450.650
Empréstimos	43.300.503	30.764.852
Salários, Encargos e Provisões	302.996	262.580
Impostos e Contribuições	1.760.970	1.719.337
Impostos e Contr. Parcelados	202.220	637.198
Outras contas a pagar	16.370.917	12.336.627
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>2.806.401</b>	<b>2.793.385</b>
Exigível a Longo Prazo	2.806.401	2.793.385
Impostos e Contr. Parcelados	2.806.401	2.793.385
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>39.075.611</b>	<b>38.943.130</b>
Capital Social	38.000.000	28.000.000
Reserva de Capital	160.042	10.160.042
Reserva de Lucros	915.569	783.088
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>104.423.438</b>	<b>87.907.959</b>

Demonstr. do Result. dos Exerc. - Valores Expressos em Reais - R\$			
	31/12/2007	31/12/2006	
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>29.396.642</b>	<b>29.500.656</b>	
Prestação de Serviços	29.396.642	29.500.656	
<b>(-) Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(2.078.018)</b>	<b>(2.017.131)</b>	
Despesas Incidentes s/Vendas	(2.078.018)	(2.017.131)	
<b>(=) Receita Operacional Líquida</b>	<b>27.318.624</b>	<b>27.483.526</b>	
Custo dos Serviços Prestados	(20.069.638)	(21.697.875)	
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>7.248.986</b>	<b>5.785.651</b>	
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(3.293.845)</b>	<b>(2.560.613)</b>	
Despesas Administrativas	(11.635.987)	(11.834.029)	
Despesas Tributárias	(548.952)	(499.600)	
Receitas (Despesas) Financ. Líquidas	9.087.638	9.979.155	
Depreciação do Exercício	(196.544)	(206.136)	
<b>Resultado Operacional</b>	<b>3.955.143</b>	<b>3.653.038</b>	
Despesas/Receitas Não Operacionais	51.222	(600)	
<b>Resultado Antes da CSLL</b>	<b>4.006.365</b>	<b>3.652.438</b>	
Contribuição Social	(365.492)	(334.225)	
<b>Resultado Antes do IRPJ</b>	<b>3.640.873</b>	<b>3.318.213</b>	
Provisão de IRPJ	(991.257)	(904.403)	
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>2.649.616</b>	<b>2.413.810</b>	
Lucro por Ação	0,07	0,08	

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos dos Exercícios Findos em 31/12/2007 e 2006 - Valores Expressos em Reais - R\$			
	31/12/2007	31/12/2006	
<b>Origens dos Recursos</b>	<b>3.953.890</b>	<b>3.620.046</b>	
Das Operações: Lucro/Prejuízo do Exercício	2.649.616	2.413.810	
Depreciações	196.544	206.136	
Diminuição no Ativo Não Circulante	1.104.714	-	
De Terceiros: Aumento no Passivo não Circ.	13.016	-	
<b>Aplicações de Recursos</b>	<b>2.627.856</b>	<b>3.033.264</b>	
Aumento Ativo Não Circulante	-	91.862	
Aquisições do Ativo Permanente	110.521	239.178	
Dividendos Distribuídos	2.517.135	2.380.467	
Redução do Passivo Não Circulante	-	321.757	
<b>Aumento (Redução) do Cap. Circ. Líquido</b>	<b>1.336.234</b>	<b>(413.218)</b>	
<b>Variações do Capital Circulante</b>	<b>17.706.217</b>	<b>8.901.287</b>	
No início do exercício	85.977.694	77.076.407	
No fim do exercício	103.683.911	85.977.694	
<b>Passivo Circulante</b>	<b>16.369.983</b>	<b>9.314.505</b>	
No início do exercício	46.171.444	38.856.939	
No fim do exercício	62.541.426	46.171.444	
<b>Aumento (Redução) do Cap. Circ. Líquido</b>	<b>1.336.234</b>	<b>(413.218)</b>	

**11. Processos - Base de Cálculo da COFINS** - A Sociedade questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo, incluindo as receitas de deságio nas operações de factoring e as demais receitas financeiras, da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Os valores relacionados a este processo, não estão provisionados nas demonstrações financeiras da sociedade porque sua administração, baseada em pareceres de seus assessores jurídicos e na decisão final favorável à companhia, decidiu pelo não provisionamento. Estes valores são apresentados a seguir, pelos seus valores originais na data-base de 31/12/2007:

	Ano Base	Valores em R\$
2000	2000	253.319
2001	2001	611.740
2002	2002	696.093
2003	2003	921.361
<b>Total</b>		<b>2.482.513</b>

**12. Outras Contas a Pagar** - Referem-se a valores nominais de títulos de terceiros a repassar em cobrança na carteira da empresa, bem como débitos junto aos acionistas, relativos a dividendos e remuneração do capital próprio.

	31/12/2007	31/12/2006
Títulos de terceiros a repassar em cobrança	11.688.559	8.868.158
Juros sobre capital próprio a pagar	3.457.900	1.603.053
Dividendos a pagar	470.941	1.155.894
Empréstimos de sócios (mútuo)	753.517	709.722
<b>Total</b>	<b>16.370.917</b>	<b>12.336.827</b>

**13. Seguros** - A empresa mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos, em montantes suficientes para assegurar a reposição dos bens e a continuidade das operações em caso de sinistros. **14. Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC** - Aplicações em contas subordinadas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios: O Fundo de Investimentos em direito Creditório Multisetorial Redfactor LP, foi constituído sob a forma de Condomínio Fechado de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do respectivo prazo de duração, ou em virtude da liquidação do Fundo. O Fundo terá duração até 30 de março de 2017. O Fundo é administrado e gerido pela Petra Personal Trader CTVM Ltda. Os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo são originários. Para que possam ser cedidos ao Fundo, os direitos creditórios devem atender às condições de cessão e critérios de elegibilidade definidos no Regulamento do Fundo. Não há cobrança direta da Redfactor em relação aos pagamentos dos direitos creditórios, não obstante a instituição é titular das cotas subordinadas do fundo. Tais cotas suportarão quaisquer prejuízos na carteira de créditos do fundo até o limite das mesmas. Conforme previsto no regulamento do Fundo, as cotas são classificadas entre subordinadas e seniores. A relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das cotas seniores é 400%, sendo que a diferença do patrimônio do Fundo representada pelas cotas subordinadas. **15 - Capital Social: a) Capital Social** - O Capital Social subscrito e integralizado está representado por 38.000.000 (Trinta e oito milhões) de ações, com o valor patrimonial de R\$ 1,00 (um real) cada uma. b) **Reserva de Lucros** - É representada pela reserva legal calculada em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

**Conselho da Administração:** Mariana Sabina Postel Giolo - Presidente do Conselho de Administração  
**Conselheiros:** Ruben Halaban - Roberto Miguel Postel  
**Parceiros Auditores:** Ilmos. Srs. Acionistas Redfactor Factoring e Fomento Comercial S.A. Prezados Senhores: Examinamos os Balancos Patrimoniais da empresa Redfactor Factoring e Fomento Comercial S.A., levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendemos: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da empresa; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e

**Claudio Andre Halaban** - Diretor Presidente - Mariana Sabina Postel Giolo - Diretora Superintendente  
**Veronica S. Athanazio** - CRC ISP 198398/O-8  
financeira da empresa Redfactor Factoring e Fomento Comercial S.A., em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o resultado de suas operações, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira.



**Senso Auditores Independentes**  
CRC 2SP005977/O-9  
**Valdir Silveiro**  
CT-CRC-1SP054.487/O-4



**REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A sociedade tem como atividade preponderante, no contexto do seu objetivo social, a aquisição de direitos de pessoas jurídicas, resultantes de vendas de seus ativos ou prestação de serviços, podendo para tanto, efetuar contratos com a cláusula “Del Credere” e/ou operações denominadas “Factoring” ou Fomento Comercial, inclusive nos negócios internacionais de importação e exportação, podendo também, ceder referidos direitos a terceiros, bem como prestar serviços de acompanhamento comercial e de contas a receber, levantar situações creditícias, efetuar cobranças de títulos, prestarem assessoria administrativa e financeira e bem assim, exercer qualquer atividade correlata ligada as principais, exceto aquelas que dependem de autorização prevista pelo Banco Central do Brasil.

**NOTA 02 – ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira – Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, as quais, a partir da extinção da correção monetária do balanço pela Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimento dos efeitos inflacionários.

**NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

(a) Resultado das Operações

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência do exercício.

(b) Ativo Circulante

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e rendimentos auferidos.

(c) Ativo não Circulante

Os valores realizáveis após o encerramento do exercício seguinte estão classificados como Realizável a Longo Prazo.

(d) Imobilizado

Os bens e direitos que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia foram avaliados ao custo de aquisição, monetariamente corrigidos até 31 de dezembro de 1995. As depreciações foram computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

(e) Passivos Circulantes

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Passivo não Circulante

Os valores exigível após o encerramento do exercício seguinte, estão classificados como Exigível a Longo Prazo.

(g) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados, com base nas alíquotas vigentes, sobre o lucro ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal.

(h) Provisão de Férias

A empresa constituiu provisão de Férias, em montante suficiente para cobrir as obrigações com os seus empregados.

**NOTA 04 – CONTAS A RECEBER**

Os direitos e títulos de créditos originados das atividades – fins são avaliados pelo valor nominal. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em valor estimado e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de títulos a receber.

**NOTA 05 – IMPOSTOS A RECUPERAR**

Correspondem a valores produzidos na operação da empresa e representam impostos antecipados e compensáveis em períodos futuros.

<b>Imposto</b>	<b>31/12/2.007</b>	<b>31/12/2.006</b>
IRPJ - Estimativa	991.257	904.403
CSLL - Estimativa	365.492	334.225
PIS a Recuperar Lei 10637/02	12.873	10.453
IR S/ Aplicação Financeira	1.117	2.702
Cofins a Recuperar Lei 10833/03	59.298	48.147
IR na fonte Lei 10833/03	4.291	8.425
CSLL Lei 10833/03	1.021	1.231
Cofins Lei 10833/03	3.063	1.541
Pis Lei 10833/03	664	334
IR Pago a Maior	504	
<b>TOTAL</b>	<b><u>1.439.580</u></b>	<b><u>1.311.461</u></b>

#### **NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS**

Correspondem a adiantamentos relativos às operações, bem como outros adiantamentos a fornecedores e funcionários e despesas antecipadas a serem reconhecidas, observando-se o regime de competência.

	<b>31/12/2.007</b>	<b>31/12/2.006</b>
Adiantamentos	9.278.363	7.775.331
Despesas Antecipadas	22.263	29.716
Outros Adiantamentos	1.654.367	747.799
<b>Total</b>	<b><u>10.954.993</u></b>	<b><u>8.552.846</u></b>

#### **NOTA 07 – IMOBILIZADO**

<b>Descrição</b>	<b>Taxa Deprec.</b>	<b>Custo Corrigido</b>	<b>Deprec. Acumulada</b>	<b>2007 Valor Líquido</b>	<b>2006 Valor Líquido</b>
Móveis e Utensílios	10%	61.926	54.026	7.900	14.965
Veículos	20%	305.212	160.443	144.769	183.160
Equip. Proc. de Dados	20%	1.070.885	983.815	87.070	127.640
Linhas Telefônicas	-	11.427	-	11.427	11.427
<b>Total</b>		<b>1.449.450</b>	<b>1.198.284</b>	<b>251.166</b>	<b>337.192</b>

#### **NOTA 08 – EMPRÉSTIMOS**

Referem-se às obrigações em moeda nacional no montante de R\$ 43.500.504 em 31 de dezembro de 2.007, utilizados para capital de giro. Tais obrigações são representadas por empréstimos ou contas garantidas que decorrem de contratos rotativos, garantidos por títulos a receber. As taxas de juros aplicáveis aos empréstimos são taxas de mercado, calculadas com base na taxa do CDI, acrescida de um percentual que varia conforme o banco credor.

<b>Tipo</b>	<b>Tx.Juros a.m.</b>	<b>Finalidade</b>	<b>31/12/2.007</b>	<b>31/12/2.006</b>
Empréstimo	CDI + 0,20% a 0,30%	Cap. Giro	6.127.498	4.683.976
Conta Garantida	CDI + 0,20% a 0,35%	Cap. Giro	25.902.159	14.810.030
Debêntures	-	Cap. Giro	11.270.846	11.270.846
<b>Total</b>			<b><u>43.300.504</u></b>	<b><u>30.764.852</u></b>

#### **NOTA 09 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

São representados neste grupo de contas os impostos e contribuições devidos decorrentes das operações da empresa, registrados pelos seus valores originais, bem como as provisões para IRPJ e CSLL.

<b>Impostos e Contribuições</b>	<b>31/12/2.007</b>	<b>31/12/2.006</b>
ISS	19.768	20.361
COFINS	155.615	194.960
PIS	33.829	42.327
IOF	9.730	17.527
IRPJ e CSLL	100.562	131.351
IRRF	53.332	42.849
CPMF	22.919	26.677
Provisão para IRPJ	991.257	904.403
Provisão para CSLL	365.492	334.225
Contr. Retidas Lei 10833/03	8.466	4.657
<b>Total</b>	<b><u>1.760.970</u></b>	<b><u>1.719.337</u></b>

#### **NOTA 10 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS (PAES)**

São representados pelos débitos de impostos e contribuições incluídos em parcelamento, registrados pelos seus valores consolidados, deduzidos das amortizações ocorridas.

A sociedade aderiu ao Parcelamento Especial - PAES instituído pela Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003, sendo que o total da dívida consolidada incluída no PAES até

31/07/2003 é de R\$ 3.867.155 (exceto amortizações), estes valores dependem da homologação da Receita Federal.

O referido débito fiscal decorre da formalização da desistência de recurso impetrado contra autos de infração lavrados pela SRF e conseqüente reconhecimento deste passivo, condição esta necessária para adesão ao parcelamento mencionado, sendo que tais autos de infração decorrem de diferença no cálculo da COFINS, levantada pela fiscalização, relativas ao período de 1.995 a 1.999, bem como de diferenças no cálculo do IRPJ e da CSLL ocorridas nos anos de 1997 e 1998.

Os valores do débito fiscal não foram anteriormente provisionados por decisão da administração da Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos.

Sobre o total da dívida consolidada incidem encargos financeiros correspondentes à variação da TJLP. O pagamento da dívida consolidada está e continuará sendo feito em parcelas mensais e sucessivas em 120 meses, cujo vencimento é o último dia do mês subsequente.

#### **Consolidação dos débitos incluídos no Parcelamento PAES**

<b>Tributo / Contribuição</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>COFINS</b>	<b>IRRF</b>	<b>TOTAL</b>
Valor Original	925.000	296.000	333.184		1.554.184
Juros / Multa de Ofício	1.087.902	348.129	450.666		1.886.698
<b>Total Auto de Infração (base 30/11/2.000)</b>	<b>2.012.902</b>	<b>644.129</b>	<b>783.850</b>		<b>3.440.882</b>
Acréscimos Moratórios (Juros/Multa)	764.373	244.600	275.327		1.284.300
<b>Total Consolidado (PAES)</b>	<b>2.777.275</b>	<b>888.729</b>	<b>1.059.177</b>		<b>4.725.182</b>
( - ) Redução de Multa PAES (50%)	(510.669)	(163.414)	(183.942)		(858.026)
Valor Original				1.056	1.056
<b>Total Consolidado Parcelado (PAES)</b>	<b>2.266.606</b>	<b>725.315</b>	<b>875.235</b>	<b>1.056</b>	<b>3.868.212</b>
 (-) Redução					(121.975)
(-) Amortizações					(1.732.279)
Atualização TJLP					994.663
<b>Saldo em 31/12/2.007</b>					<b>3.008.621</b>
<b>Passivo Circulante</b>					<b><u>202.220</u></b>
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>					<b><u>2.806.401</u></b>

#### **NOTA 11 – PROCESSOS – BASE DE CÁLCULO DA COFINS**

A Sociedade questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo, incluindo as receitas de deságio nas operações de factoring e as demais receitas financeiras, da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Os valores relacionados a este processo, não estão provisionados nas demonstrações financeiras da sociedade porque sua administração, baseada em pareceres de seus assessores jurídicos e na decisão final em 1ª instância favorável à companhia (datada de 29/09/2.000), decidiu por não provisionar.

Estes valores são apresentados a seguir, pelos seus valores originais na data base de 31/12/2.007:

Ano Base	Valores em R\$
2.000.....	253.319
2.001.....	611.740
2.002.....	696.093
2.003.....	921.361
<b>Total</b>	<b>2.482.513</b>

#### **NOTA 12 – OUTRAS CONTAS A PAGAR**

Refere-se a valores nominais de títulos de terceiros a repassar em cobrança na carteira da empresa, bem como débitos junto aos acionistas, relativos à dividendos e remuneração do capital próprio.

	<b>31/12/2.007</b>	<b>31/12/2.006</b>
Títulos de terceiros a repassar em cobrança	11.688.559	8.868.158
Juros sobre capital próprio a pagar	3.457.900	1.603.053
Dividendos a pagar	470.941	1.155.894
Empréstimos de Sócios (mútuo)	753.517	709.722
<b>Total</b>	<b><u>16.370.917</u></b>	<b><u>12.336.827</u></b>

#### **NOTA 13 – SEGUROS**

A empresa mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos, em montantes suficientes para assegurar a reposição dos bens e a continuidade das operações em caso de sinistros.

#### **NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL**

##### **a) Capital Social**

O Capital Social subscrito e integralizado está representado por 38.000.000 (Trinta e oito milhões) de ações, com o valor patrimonial de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

##### **b) Reserva de Lucros**

É representada pela reserva legal calculada em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

## **PARECER DOS AUDITORES**

São Paulo, 14 de março de 2008.

ILMOS. SRS. ACIONISTAS  
**REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A**

Prezados Senhores

Examinamos os Balanços Patrimoniais da empresa **REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A**, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: **a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da empresa; **b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e **c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa **REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A**, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o resultado de suas operações, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira.

Senso Auditores Independentes S/C  
CNPJ n. 62.641.535/0001-07  
CRC 2SP005977/0-9  
Valdir Siviero  
CT - CRC- 1SP054487/0-4

## **REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A**

Relatório da Administração - 2007

### **Senhores Acionistas:**

Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Redfactor Factoring e Fomento Comercial S/A ("Companhia"), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, bem como as respectivas Notas Explicativas e o parecer dos Auditores Independentes, em atendimento às disposições legais e estatutárias.

### **Resultado do Exercício**

A Companhia desempenhou suas atividades de forma a otimizar os resultados durante o exercício de 2007. Dentre os principais produtos e serviços oferecidos pela Companhia em termos de geração de receita líquida, pode-se destacar os seguintes: (i) compra de títulos de crédito (duplicatas), responsável por 87% da receita; (ii) compra de direitos creditórios, 3% das receitas totais; (iii) cobrança para clientes, gerou 8% da receita da Companhia; e (iv) análise de crédito, responsável pelos restantes 2% da receita gerada no ano de 2007.

O lucro líquido do exercício de 2007 foi de R\$2,65 milhões. O patrimônio líquido da Companhia atingiu o montante de R\$39,00 milhões em 31 de dezembro de 2007. O capital social é de R\$38,00 milhões no final do exercício de 2007, representado por 38 milhões de ações, com valor patrimonial de R\$ 1,00 cada.

O resultado obtido deve-se, principalmente, ao fortalecimento da estratégia de abrangência nacional da sua atuação, que a coloca em posição privilegiada, como uma das poucas empresas no país a desenvolver uma inserção nacional por meio de presença comercial local na grande maioria dos estados brasileiros.

O resultado reflete, também, o grande número de clientes da Companhia, número este muito superior a média do setor, fazendo com que sua presença se faça evidente e muito reconhecida, tanto pelos clientes como pelas demais empresas que atuam em seu setor. A Companhia continuou atuando, no exercício de 2007, com clientes de médio e pequeno porte, conhecidos como varejo no mercado de factoring. Assim, não ocorreu riscos de créditos elevados ( por sacado e por cedente ), tendo preservado suas margens de lucratividade com o foco no varejo.



### **Recursos Humanos**

A Companhia tinha 65 funcionários no final do exercício de 2007, em comparação com 54 funcionários no final de 2006. Os funcionários concentram-se, principalmente, nas áreas Operacional e Comercial (com 46 funcionários), sendo que o restante está dividido entre as áreas de Contabilidade e Administrativa.

### **Reconhecimento**

Como reconhecimento pelo trabalho de todos os funcionários e de sua administração, a Companhia recebeu, no exercício de 2002, o prêmio “Líder Empresarial Setorial” do Jornal Gazeta Mercantil, prêmio este que é atribuído às três melhores empresas de cada setor no país.

### **Divulgação das Informações sobre prestação de outros serviços pelos Auditores independentes**

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM 381/03, vem comunicar que nossos auditores independentes não prestam nenhum outro tipo de serviços além de auditoria externa.

### **Agradecimentos**

A Companhia manifesta seu reconhecimento e profundo agradecimento pelo esforço e trabalho de seus funcionários, pelo apoio de seus acionistas e pela confiança de seus clientes, que continuaram a prestigiar a Companhia como sempre fizeram.

São Paulo, 29 de março de 2008.

A Diretoria

# IX - Operações com juros prefixados - Desconto de duplicatas

## Concessões, volumes e taxas de juros

R\$ milhões

Mês	Novas concessões		Saldo <sup>1/</sup>					Taxas de juros <sup>2/</sup>		Prazo médio em dias	
			Faixas de atraso				Saldo total				
	Total mês	Média diária	Sem atraso	15 a 30 dias	31 a 90 dias	Acima de 90 dias		% a.m.	% a.a.		
2005	Jan	6 295	300	8 977	63	71	332	9 443	3,02	42,97	33
	Fev	5 934	330	8 815	46	79	338	9 277	3,04	43,24	32
	Mar	7 132	324	9 128	50	76	355	9 609	3,08	43,87	31
	Abr	6 997	350	9 608	41	79	371	10 099	3,05	43,44	31
	Mai	7 300	348	9 397	50	76	389	9 912	3,05	43,39	31
	Jun	7 107	323	9 493	38	71	390	9 997	3,00	42,61	31
	Jul	6 657	317	9 451	39	69	400	9 977	3,01	42,69	32
	Ago	7 366	320	9 328	44	71	416	9 858	3,05	43,46	32
	Set	7 118	339	9 652	45	76	422	10 194	3,06	43,54	32
	Out	6 854	343	9 596	46	89	432	10 162	3,11	44,34	33
	Nov	7 131	357	9 826	44	91	448	10 409	2,96	41,86	33
	Dez	7 472	340	10 369	46	80	463	10 958	2,81	39,52	33
2006	Jan	6 524	297	9 306	53	83	483	9 924	2,89	40,72	33
	Fev	5 871	326	9 748	51	92	493	10 384	3,04	43,27	32
	Mar	7 806	339	9 761	59	97	508	10 427	2,87	40,43	32
	Abr	6 522	362	10 039	62	111	527	10 738	2,98	42,24	32
	Mai	7 565	344	9 854	63	107	550	10 574	2,75	38,48	32
	Jun	7 278	347	10 016	70	119	559	10 763	2,70	37,60	32
	Jul	6 876	327	9 773	54	128	588	10 543	2,67	37,18	32
	Ago	7 580	330	10 010	56	123	613	10 802	2,69	37,58	33
	Set	7 291	365	10 442	53	123	639	11 257	2,66	37,09	32
	Out	7 760	370	10 478	53	117	662	11 310	2,67	37,24	33
	Nov	7 470	374	10 524	48	109	686	11 367	2,61	36,26	32
	Dez	7 608	380	11 168	53	103	688	12 012	2,63	36,58	32
2007	Jan	7 215	328	9 980	49	99	709	10 837	2,56	35,51	32
	Fev	6 743	375	10 017	58	98	727	10 900	2,57	35,54	32
	Mar	8 090	368	10 753	51	99	741	11 643	2,50	34,47	32
	Abr	7 837	392	10 791	50	107	754	11 702	2,49	34,36	32
	Mai	8 414	382	10 985	53	111	770	11 918	2,45	33,66	33
	Jun	7 905	395	11 239	47	104	784	12 174	2,36	32,34	34
	Jul	8 273	376	10 985	44	96	806	11 931	2,33	31,83	34
	Ago	8 465	368	11 125	40	84	822	12 071	2,38	32,63	36
	Set	7 882	415	11 566	45	82	798	12 492	2,34	31,96	37
	Out	9 286	422	11 619	46	92	828	12 585	2,41	33,15	36
	Nov	8 871	444	12 113	50	89	844	13 096	2,33	31,78	38
	Dez	9 175	459	12 813	48	101	780	13 742	2,36	32,30	38

# IX - Operações com juros prefixados - Desconto de duplicatas

## Concessões, volumes e taxas de juros

R\$ milhões

Mês	Novas concessões		Saldo <sup>1/</sup>					Taxas de juros <sup>2/</sup>		Prazo médio em dias
			Faixas de atraso				Saldo total			
	Total mês	Média diária	Sem atraso	15 a 30 dias	31 a 90 dias	Acima de 90 dias		% a.m.	% a.a.	
2008 Jan	8 180	372	11 661	52	98	795	12 606	2,74	38,32	41
Fev *	7 522	396	11 582	54	89	813	12 538	2,73	38,17	40
Mar *	8 294	415	11 814	55	95	761	12 724	2,81	39,41	39
Abr *	8 526	406	12 012	57	94	776	12 939	2,92	41,23	39

1/ Saldo em fim de período.

2/ Taxas médias ponderadas pelo saldo de operações até maio/00, após essa data taxas médias ponderadas pelo volume diário das novas concessões.

**Ranking das Taxas de Operações de Crédito**  
Classificadas por ordem crescente de taxa

e: **PESSOA JURÍDICA - DESC. DUPLICATA**

Tipo: **Prefixado**

Período: de 28/05/2008 a 03/06/2008

Taxas efetivas ao mês (%)

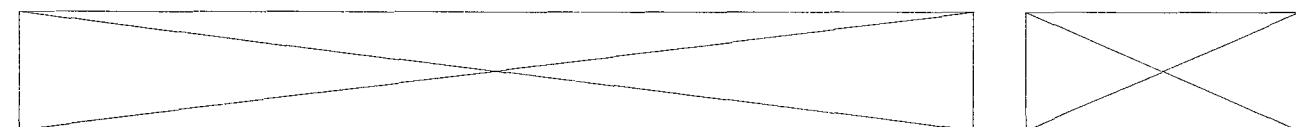
Posição	Instituição	Taxa de Juros (sem			Encargos		Taxa Total (4) = (1)+(2)+(3)
		Mínima	Máxima	Média (1)	Operac. (2)	Fiscais (3)	
1	BCO ITAU BBA S A	1,09	1,72	1,14	0,00	0,04	1,18
2	BCO LA REP ORIENTAL URUGUAY	0,00	3,92	1,48	0,00	0,09	1,57
3	BCO CNH CAPITAL S A	0,85	3,14	1,17	0,00	0,55	1,72
4	BCO FIBRA S A	1,14	4,66	1,59	0,03	0,12	1,73
5	BANCO BONSUCESSO S A	0,84	4,96	1,84	0,00	0,13	1,96
6	BCO ALFA S A	0,96	2,28	1,36	0,08	0,54	1,98
7	BANCO GMAC	1,00	4,00	1,55	0,00	0,47	2,02
8	BANCO SEMEAR	1,43	12,00	1,94	0,03	0,04	2,02
9	BCO TRIANGULO S A	1,00	6,00	1,52	0,03	0,48	2,04
10	BCO GUANABARA S A	1,00	8,60	1,75	0,00	0,34	2,09
11	BCO BANESTES S A	1,82	3,52	1,95	0,04	0,13	2,12
12	NBC BANK BRASIL S. A.	1,00	9,00	1,85	0,05	0,31	2,21
13	BCO BGN S A	1,00	4,00	1,88	0,01	0,32	2,21
14	BCO VOTORANTIM S A	1,51	6,00	1,73	0,23	0,26	2,22
15	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S A	1,86	4,62	1,92	0,00	0,31	2,23
16	BCO IBI S A BM	1,39	4,49	1,81	0,00	0,43	2,24
17	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S A	0,87	2,84	1,76	0,03	0,47	2,26
18	BCO CITIBANK S A	1,00	4,49	2,19	0,00	0,09	2,28
19	BCO RURAL S A	1,42	4,25	2,18	0,02	0,13	2,32
20	BANCO MONEO S A	0,50	5,00	1,78	0,01	0,56	2,36
21	BCO PROSPER S A	1,23	6,82	1,95	0,00	0,46	2,41
22	BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S A	1,52	5,24	2,01	0,03	0,39	2,42
23	BCO BVA S A	1,45	3,50	1,91	0,16	0,38	2,44
24	BCO MODAL S A	1,40	7,00	1,97	0,00	0,48	2,45
25	BCO MERCANTIL DO BRASIL S A	1,11	5,62	2,01	0,00	0,44	2,46
26	BCO DO BRASIL S A	1,25	5,33	1,92	0,00	0,59	2,50
27	BCO ABN AMRO REAL S A	2,10	5,00	2,34	0,08	0,12	2,54
28	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1,19	3,99	1,77	0,32	0,46	2,55
29	BCO LUSO BRASILEIRO S A	1,00	4,47	1,83	0,21	0,53	2,56
30	BANCO SOFISA	1,55	7,00	1,96	0,12	0,49	2,57
31	BCO DO EST DO RS S A	1,95	3,10	2,13	0,11	0,35	2,58
32	BCO RENDIMENTO S A	1,41	6,24	1,91	0,25	0,43	2,60
33	SANTINVEST S A CFI	1,05	10,00	2,28	0,08	0,26	2,63
34	BCO GERDAU S A	1,20	3,60	1,84	0,07	0,78	2,69
35	HSBC BANK BRASIL SA BCO MULTIP	1,51	3,74	1,67	0,55	0,49	2,71
36	BCO CRUZEIRO DO SUL S A	1,40	3,83	2,60	0,00	0,11	2,71
37	BCO SAFRA S A	0,92	7,50	2,02	0,22	0,48	2,72
38	BCO INDUSVAL S A	1,48	3,77	2,37	0,09	0,34	2,81
39	BCO ITAU S A	1,12	4,90	1,81	0,43	0,57	2,82
40	BANCO SANTANDER S.A.	1,15	5,77	2,20	0,23	0,53	2,95
41	BANIF BRASIL	1,98	4,37	2,79	0,00	0,22	3,01
42	BCO DO EST DE SC S A	1,30	3,11	1,87	0,68	0,49	3,03
43	BCO RIBEIRAO PRETO S A	1,70	4,00	2,52	0,21	0,34	3,07
44	BCO DA AMAZONIA S A	1,37	2,72	2,17	0,79	0,17	3,12
45	BCO NOSSA CAIXA S A	1,82	3,50	1,94	0,71	0,48	3,14
46	BCO BRADESCO S A	1,00	4,44	2,22	0,36	0,58	3,17
47	BCO DO EST DE SE S A	2,86	6,00	3,00	0,05	0,12	3,17
48	BRB BCO DE BRASILIA S A	1,50	4,00	2,34	0,37	0,51	3,22
49	BCO DAYCOVAL S.A	0,91	8,00	1,98	0,81	0,50	3,29
50	UNIBANCO UNIAO BCOS BRAS S A	2,10	4,80	2,20	0,83	0,39	3,42
51	ROTULA S/A SCFI	0,00	10,00	3,06	0,02	0,51	3,58
52	BANCO PORTO REAL DE INVEST S A	1,70	4,00	2,19	0,38	1,05	3,61
53	BCO SCHAHIN S A	1,51	6,31	3,08	0,25	0,31	3,63
54	BCO PINE S.A.	1,80	4,41	2,10	0,08	1,54	3,72
55	BCO ABC BRASIL S A	0,07	5,60	1,85	2,16	0,39	4,40
56	CREFISA S A CFI	0,48	23,00	4,18	0,00	0,37	4,55
57	FINANSINOS S A CFI	1,25	6,5	3,69	0,46	0,45	4,6

Fonte: Instituições financeiras

Obs.:

As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas-dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos,

Caso alguma instituição não apareça no ranking, ou ela não opera na modalidade ou não prestou informação para todo o período, estando,

**investNews**

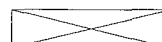
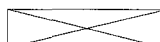
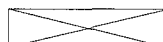
São Paulo, Monday, June 16, 2008 5:34 PM

Login:

Senha:

OK

Não possui cadastro? Cadastre-se já.

[Home](#) [Notícias](#) [Mundo](#) [Cotações](#) [StockMaster](#) [Ferramenta](#) [Câmbio](#) [Produtos](#) [Commodities](#) [Monitor](#) [Setoriais](#) [Blogs](#) [Forum](#) [Loja](#)

## Setorial - Economia e Finanças

Economia e Finanças | 05/06 - 10:05

**Bancos cobram até 4,22% no desconto de duplicata**

SÃO PAULO, 5 de junho de 2008 - Os bancos cobram nas operações de desconto de duplicata, com prazo de 32 dias corridos com 22 úteis, taxa mínima de 1,22% e máxima de 3,26% ao mês das empresas de grande porte. Já as pequenas e médias pagam taxa mínima de 2,04% e máxima de 4,22% ao mês.

As taxas acima servem apenas como parâmetro, pois cada instituição financeira analisa o prazo, o volume da operação e o perfil do cliente. (Maria de Lourdes Chagas - InvestNews)

Patrocínio:



imprimir

comentários (0)

## Comentários

Deixe um comentário:

Nome:

E-mail:

Comentário:

Enviar

&lt; Voltar

## Setores

## Agronegócio

Alimentos, Bebidas e Fumos

Comércio e Indústria

Economia e Finanças

Energia Elétrica

Fusão e Aquisição

Imóveis e Construção

Indústria Automotiva

Mineração, Metalurgia e

Siderurgia

Papel, Celulose e Embalagens

Petróleo e Gás

Petroquímica e Química

Produtos de Consumo

Reformas

Regulação e Legislação

Saneamento e Meio Ambiente

Saúde e Indústria Farmacêutica

Seguros e Previdência Privada

Tecnologia da Informação

Telecomunicações

Transportes

## Newsletter InvestNews

Cadastre-se gratuitamente para receber o informativo diariamente por e-mail.

Nome:

E-mail:

OK

## Links patrocinados

**Simule seu financiamento**

Simule o financiamento do seu carro novo ou usado aqui na Frei Caneca!

[www.FreiCaneca.com.br/Financiamento](http://www.FreiCaneca.com.br/Financiamento)**Invista em Ações**

Sem sair de casa com segurança e conforto usando o Home Broker.

[www.Theca.com.br](http://www.Theca.com.br)**Aprenda a Operar Ações**

Cursos, fórum, artigos, chats aproveite as oportunidades da bolsa

[www.leandrostormer.com.br](http://www.leandrostormer.com.br)

Anúncios Google

## Últimas da redação

15/05 - 17:06 | BOLSAS: Dow Jones encerra em baixa de 0,31%; Nasdaq sobe 0,83%

16/06 - 16:41 | PETRÓLEO: WTI encerra em baixa após recorde

18/06 - 16:26 | JUROS: Prêmio dos Dis de longo prazo fecham em alta

16/06 - 16:25 | CÂMBIO: Dólar recua 0,73% e fecha vendido a R\$ 1,625

16/06 - 16:18 | JUROS: Custo do dinheiro fecha a 12,17% ao ano

veja mais artigos

## Mais comentadas

02/05 - 20:35 | CONSTRUÇÃO: Ações da MRV ingressam no 2

IBRX e no IVBX-2

03/06 - 19:50 | BANCOS: Daycoval conclui emissão de 1

US\$ 125 milhões

14/05 - 03:19 | GAZETA: Biocombustível está no foco da 1

visita de Angela Merkel

[Home](#) [Empresa](#) [Expediente](#) [Política de privacidade](#) [Atendimento](#) [Fale conosco](#) [Mídia Kit](#) [Loja Online](#)

© Copyright e Distribuição InvestNews. - Todos os Direitos Reservados - Melhor Visualizado em 1024x768

## MODELO DE CONTRATO DE FOMENTO MERCANTIL

A versão de contrato de fomento mercantil entrou em vigor em 29-11-2006, divulgado pela Circular ANFAC nº 86.

### QUADRO I – CONTRATANTE

Nome Empresarial:

CNPJ/MF:

Inscrição Estadual/Municipal:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax.:

E-mail:

### QUADRO II – REPRESENTANTE(S) DA CONTRATANTE

Nome:

CPF:

RG:

Emissor:

Nacionalidade:

Estado Civil:

Profissão:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax.:

E-mail:

### QUADRO III – RESPONSÁVEL SOLIDÁRIO DA CONTRATANTE

Nome:

CPF:

RG:

Emissor:

Nacionalidade:

Estado Civil:

Reg. De Casamento:

Profissão:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax.:

E-mail:

### QUADRO IV – CONTRATADA

Nome Empresarial:

Registro ANFAC nº.:

CNPJ/MF:

Inscrição estadual:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax.:

E-mail:

### QUADRO V – REPRESENTANTE(S) DA CONTRATADA

Nome:

CPF:

RG:

Nacionalidade:

Estado Civil:

Profissão:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax.:

E-mail:

**CLÁUSULA 1ª** – O presente contrato é um atípico, onde a CONTRATANTE, a CONTRATADA e os RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS declararam conhecer e aceitar sua sistemática e as condições relativas aos negócios de fomento mercantil, com amparo nas disposições contidas no Código civil Brasileiro (Lei nº10.406/20002).

**PARAGRAFO ÚNICO** – As partes contratantes declaram-se cientes de que as operações, celebradas no âmbito do presente contrato, estarão sujeitas às determinações contidas na lei nº9. 613 de 04 março de 1998 e na resolução nº13, de 30 de setembro de 2005 do COAF.

**CLAUSULA 2ª** – O presente CONTRATO tem por objeto o fomento das atividades da CONTRATANTE pela CONTRATADA, ambas devidamente qualificadas em seu preâmbulo, e que se dará mediante a prestação continua de um ou mais dos seguintes serviços.

- avaliação da contratante, de seus devedores e de seus fornecedores;
- acompanhamento de contas a receber e a pagar da contratante;
- fomento do processo produtivo e/ou mercadológico da contratante

**CLAUSULA 3ª** – A prestação de serviços de avaliação do CONTRATANTE, de seus sacados devedores e de seus fornecedores poderá ser realizada por meio de acompanhamento do mercado em que atua a CONTRATANTE verificando-se as condições de sazonalidade e colocação de seus produtos, visando otimizar a sua produtividade (redução de desperdícios), auxiliando na busca de novos clientes e oferecendo subsídios á CONTRATANTE em sua de decisões.

**CLAUSULA 4ª** – A prestação de serviços de acompanhamento mercadológico consistirá na assistência da CONTRATADA à CONTRATANTE na gestão comercial de suas vendas, oferecendo informações e elementos sobre o mercado em que atua a CONTRATANTE e os potenciais comparados de seus produtos/serviços.

**CLAUSULA 5ª** – A prestação de serviços de acompanhamento de contas a receber e a pagar que vierem a ser prestada pela CONTRATADA, na qualidade de

mandatária, visam orientar a CONTRATANTE na administração do controle do fluxo de caixa e da carteira de cobranças.

**CLAUSULA 6ª** – A prestação de serviços de fomento ao processo produtivo pela CONTRATADA à CONTRATANTE consistirá em propiciar a compra de matéria-prima, insumos e produtos para revenda contatando fornecedores, podendo negociar prazos e descontos nas compras bem como contribuindo para aumentar a eficiência nas relações fornecedores/empresas clientes.

**CLAUSULA 7ª** – Em caso de solicitação de serviços, por parte da CONTRATANTE, que dependam de atos reservados à competência de profissões legalmente regulamentadas poderão ser praticadas pelos sócios da CONTRATADA que preencham tal condição ou mediante a contratação de terceiros detentores de inscrição no respectivo órgão fiscalizado.

**CLAUSULA 8ª** – Os serviços constantes das Cláusulas 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª, os quais poderão ser prestados à CONTRATANTE pela CONTRATADA, no todo ou em parte, de acordo com art. 594, do Código Civil, serão comprovados mediante nota fiscal de serviços emitidas pela CONTRATADA.

**CLAUSULA 9ª** – A remuneração pelos serviços prestados na forma estabelecida por este contrato dar-se-á nas seguintes modalidades:

- mediante uma comissão cobrada “ad valorem”. Com percentual livremente pactuando, que indicará sobre o valor de face dos títulos de créditos adquiridos, quando os serviços forem conjugados com a aquisição de direitos creditórios; e.
- mediante um valor livremente pactuado entre CONTRATANTE e CONTRATADA, baseado na complexidade dos serviços prestados quando os serviços não forem conjugados com a aquisição de direitos creditórios.

**PARAGRAFO ÚNICO** – A CONTRATANTE e a CONTRATADA poderão estipular quando, conjugadamente, houver aquisição de direitos, creditórios, a mesma modalidade de cobrança de prestação de serviços prevista no item “b” acima.



**CLAUSULA 10** – De comum acordo, conjugadamente com prestação de serviços poderá haver a compra á vista, total ou parcial, pela CONTRATADA, de direitos creditórios de titularidade da CONTRATANRTE.

**PARAGRAFO ÚNICO.** Entendem-se, por direito creditórios, no âmbito do presente contrato:

- os direitos e títulos representativos de créditos,originários de operações realizadas nos seguimentos: comercial, agronegócio, industrial, imobiliário e serviços;
- contratados mercantis de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega ou prestação futura, bem como títulos ou certificados representativos desses contratos.

**CLAUSULA11** – Cada aquisição de direitos creditórios, representados por títulos de créditos, será formalizada e demonstrada em um instrumento próprio denominado “ADITIVO” onde constarão: a discriminação dos títulos de créditos pelo seu valor de face, o valor da comissão de serviços, o diferencial resultante da aplicação do fator de compra pactuando entre as partes, em cada operação, e o valor liquido do respectivo desembolso.

**PARAGRAFO PRIMEIRO** – O FATOR DE COMPRA – pactuando entre as partes, é a precificação da compra de créditos. Compõe-se dos seguintes itens: custos de oportunidade dos recursos da contratada, despesas operacionais e de cobranças, carga tributara e expectativa de lucro.

**PARAGRAFO SEGUNDO** – A precificação da compra dos títulos, decorrente da aplicação do fator mensal, levará a consideração ao prazo “pro rata temporis” entre a dada da aquisição e data do efetivo recebimento dos valores estampados nos respectivos títulos de credito.

**CLÁUSULA 12** – Os títulos de créditos serão adquiridos mediante um preço livremente pactuado, e transferidos por endosso pleno, em preto, que se aperfeiçoará com a tradição dos títulos, respondendo a CONTRATANTE pelo cumprimento da prestação constante dos títulos.

**PARAGRAFO PRIMEIRO** – As partes poderão convencionar aquisições sem a responsabilidade da CONTRATANTE pela prestação constante dos títulos, sendo que tal condição constará do respectivo endosso.

**PARAGRAFO SEGUNDO** – As obrigações da COTRATANTE, como endossante, e do sacado, como devedor, decorrentes dos títulos de credito endossados poderão ser objeto de aval.

**PARAGRAFO TERCEIRO** – Os títulos endossados em favor da CONTRATADA, com os efeitos jurídicos de regresso cambial, terão obrigatoriamente a Cláusula “SEM DESPESAS” ou “SEM PROTESTO” (arts.45, 46 e 70 do Decreto 57.663/66 e art, 25 da Lei nº 5.474/68).

**CLÁUSULA 13** – Os títulos, adquiridos com responsabilidade, que forem recomprados pela CONTRATANTE, poderão ser mantidos em cobranças, autorizadas a CONTRATANTE o prosseguimento para recebimento do crédito, inclusive com envio dos títulos ao cartório de protesto, estando ciente de que a CONTRATADA, nestes casos, estará agindo na condição de simples cobradora/mandatária, não assumindo a CONTRATADA qualquer responsabilidade resultante de eventuais protestos.

**CLÁUSULA 14** – Poderão também ser objeto de negociação direitos creditórios de titularidade da CONTRATANTE e que não estejam representados por títulos de crédito com a cláusula à ordem, nesta excepcional hipótese a aquisição se dará por meio de “Instrumento de Cessão de Credito” e obedecerá ao previsto nos Artigos 286 a 289 do código Civil.

**PARAGRAFO ÚNICO** – A Contratante poderá responder pela solvência do devedor, devendo tal responsabilidade estar expressa no “instrumento de Cessão de Credito”.

**CLÁUSULA 15** – A CONTRATANTE compromete-se a remeter à CONTRATADA, discrição no Termo Ativo, nos títulos representativos dos créditos a serem negociados, oriundos de suas vendas mercantis e/ou da prestação de serviços realizados, devidamente endossados em preto, conforme disposto na cláusula 12.

**PARAGRAFO ÚNICO** – Os títulos de créditos de créditos serão entregues, no ato da negociação, devidamente acompanhados das cópias reprográficas de suas

respectivas notas fiscais e dos comprovantes da entrega de mercadorias ou da prestação dos serviços.

**CLAUSULA 16** – A negociação dos títulos de créditos constantes do Termo Aditivo operar-se-á com a venda à vista pela CONTRATANTE de seus direitos, adquiridos pela CONTRATADA, mediante um preço certo e ajustado entre as partes, pagáveis à vista. Pelo endosso em preto apostou nos títulos negociados, a CONTRATANTE transfere a titularidade dos seus direitos à CONTRATADA, que passa a ser a sua única e legítima.

**CLAUSULA 17** – A CONTRATANTE obriga-se a dar ciência ao DEVEDOR da alienação dos títulos, no ato da negociação, informando-lhe que o respectivo pagamento deverá ser feito somente à CONTRATADA ou à sua ordem. Essa comunicação ao DEVEDOR poderá feita pela CONTRATADA, a critério desta, que neste ato expressamente fica autorizada pela CONTRATANTE a fazê-lo.

**PARAGRAFO PRIMEIRO** – Consideram-se, para todos os efeitos legais, liquidados os títulos adquiridos, no momento em que o DEVEDOR efetuar o seu respectivo pagamento, observando o disposto no parágrafo seguinte.

**PARAGRAFO SEGUNDO** – Na eventualidade da não liquidação dos títulos de créditos adquiridos com responsabilidades será a CONTRATANTE comunicada para cumprir com a prestação constante no título no prazo de 24 (vinte e quatro horas), sob pena de, decorrido o prazo citado, serem aplicado sobre o critério inadimplido pelo DEVEDOR os mesmos encargos moratórios previstos na cláusula 20, deste instrumento.

**PARAGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATANTE, ao cumprir com a prestação constante do título, ficará sub-rogada nos direitos do credor, sendo-lhe restituída a respectiva cambial.

**PARAGRAFO QUARTO** – Na hipótese do parágrafo anterior, os títulos cujos protestos por falta de pagamento tenham sido lavrados, serão entregues a CONTRATANTE, com o respectivo instrumento e carta de anuência, ficando atribuída ao credor sub-rogada à obrigação de entrega tais documentos ao devedor quando da quitação da cártula.

**CLAUSULA 18** – A CONTRATANTE responsabiliza-se também perante a CONTRATADA, pelos riscos e prejuízos dos títulos negociados, no caso de serem apostas exceções quanto a sua legitimidade, legalidade e veracidade. Em decorrência, ratificam, neste ato, os direitos e obrigações, inerentes á compra e venda mercantil, representados pelos títulos de créditos negociados.

**CLÁUSULA 19** – No caso de serem opostas as exceções de que trata a CLÁUSULA 18, acima, a CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, assumirá, em consequência, integral responsabilidade pelos vícios redibitórios e, exemplificativamente, em especial:

- se os créditos representados pelos títulos vendidos forem objeto de outra alienação, ajuste ou oneração, sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATADA;
- se os critérios adquiridos pela CONTRATADA forem objeto de acordo entre a CONTRATANTE e o DEVEDOR, que possa ensejar arguição ou compensação e/ou outra forma de redução, extinção ou modificação de qualquer uma das condições que interfiram ou prejudiquem um dos direitos emergentes dos títulos negociados;
- se o DEVEDOR refutar, contestar ou devolver total ou parcial os produtos, mercadorias ou prestações de serviços fornecidos.
- se a CONTRATANTE receber em pagamento total ou em parte, valores relativos aos títulos de créditos negociados com a CONTRATADA, além das cominações legais relativas ao endosso, fica a CONTRATANTE, obrigada a devolve-los à CONTRATADA no prazo máximo de 48 horas, sob pena de, decorrido esse prazo, fica caracterizada a apropriação indébita (art. 168, do Código Penal)
- se a falta de pagamento pó parte do DEVEDOR resultar de ato de responsabilidade da CONTRATANTE;

- se for oposta qualquer exceção, defesa ou justificativa pelo DEVEDOR baseada em fato de responsabilidade da CONTRATANTE ou contrário aos termos desse contrato;
- se for oposta qualquer exceção, defesa ou justificativa pelo DEVEDOR baseada na recusa ou aceitação de mercadoria ou serviço ou qualquer forma de mora ou inadimplemento da CONTRATANTE junto ao mesmo DEVEDOR, ou contra-protesto do DEVEDOR e/ou reclamação judicial deste contra a CONTRATANTE.

**PARAGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATANTE não poderá modificar com o DEVEDOR as condições originais de venda do produto/mercadoria ou serviço sem consentimento por escrito, da CONTRATADA.

**PARAGRAFO SEGUNDO** – Toda alteração do contrato social, estatuto ou mudança de endereço da CONTRATANTE deverá ser previamente comunicada à CONTRATADA.

**CLÁUSULA 20** – A CONTRATANTE, sem prejuízo da assunção da responsabilidade pelo cumprimento da prestação constante dos títulos endossados, assume a responsabilidade de concluída a operação, e sobrevivendo a contratação de vícios ou de quaisquer outras exceções na origem do(s) título(s) negociado(s), recompra-los(s) da CONTRATADA, pelo valor de face do título negociado, acrescido da multa de 100% (dez por cento), de juros moratórios convencionados conforme faculdade prevista no Art.406 do Código Civil de.....% (.....por cento), o mês, de atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, das perdas e danos e honorários de advogado, tudo conforme autorizam os artigos 389 ao 392 e 396 do Código Civil.

**PARAGRAFO PRIMEIRO** – O prazo para CONTRATANTE recomprar o(s) título(s) será de 48 horas após ser cientificada da constatação de vícios ou de quaisquer outras exceções na origem do(s) título(s) negociado(s).

**PARAGRAFO SEGUNDO** – A recusa na compra do(s) título(s) no prazo estipulado, poderá dar ensejo à cobrança judicial contra a CONTRATANTE e RSPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS.

**PARAGRAFO TERCEIRO** – Qualquer tolerância em relação ao disposto nesta cláusula será considerada mera liberalidade da CONTRATADA.

**PARAGRAFO QUARTO** – No caso de a CONTRATADA acionar judicialmente os de valores em decorrência dos casos previstos nesta cláusula, obriga-se a CONTRATANTE areembosar, com todos os acréscimos legais, o valor desembolsado pela CONTRATADA, incluindo despesas com advogados e custas processuais.

**CLAUSULA 21** – A CONTRATANTE e os Responsáveis Solidários responsabilizam-se existência dos créditos representados pelos títulos negociados, por seus vícios redibitórios e pelo cumprimento da prestação constante do título.

**CLÁUSULA 22** – No que tange aos títulos de créditos, com cláusula à ordem, cuja forma de transmissão dar-se-á, por força da Lei, obrigatoriamente por meio do ENDOSSO, o presente contrato representa a causa subjacente do ato formal do endosso, regulando-se as relações entre a CONTRATADA, endossatária, e o devedor e demais coobrigados, pelas normas aplicáveis aos títulos de credito em que figuram como intervenientes.

**CLÁUSULA 23** – O presente contrato é feito pelo prazo de.....

**CLÁUSULA 24** – A CONTRATANTE, a CONTRATADA e os RESPONSÁVEIS SOLIDARIOS estabelecem como válidos para efeito de mútua comunicação o FAX, CORREIO ELETRONICO/EMAIL e/ou carta aviso de recebimento, nos termos do Artigo 225 do Código Civil.

**CLÁUSULA 25** – Em caso de rescisão do presente contrato, a CONTRATADA permanece com o direito de receber todos os créditos que lhe houverem sido transferidos.

**CLÁUSULA 26** – Os responsáveis solidários declaram conhecer os termos deste Contrato de Fomento Mercantil, o qual assinam como principais pagadores, solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações pactuadas e assumidas pela CONTRATANTE, permanecendo integras suas responsabilidades até o total e definitivo cumprimento das obrigações avençadas, nos termos dos Artigos 264 e 265 do Código Civil.

**CLÁUSULA 27** – Os casos omissos resolver-se-ão pela legislação em vigor e pelos princípios gerais do direito do comércio.

**CLÁUSULA 28** – fica eleito o foro da Comarca de....., com a exclusão de qualquer outro, por mais privilégio que seja, para solucionar as pendências decorrentes da aplicação do presente instrumento.

**CLÁUSULA 29** – Para efeito do componente registro, atribui-se ao presente instrumento o valor de R\$.....

Local e data,

.....

CONTRATANTE

.....

CONTRATADA

.....

RESPONSAVEL SOLIDARIO

.....

TESTEMUNHA

.....

TESTEMUNHA